



# REPÚBLICA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XXII Nº 146

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 1967

#### RELATÓRIO

**Sobre o Projeto de Lei nº 12, de 1967 (CN), que concede deduções da contribuição devida ao INDA, prevista no artigo 3º do Decreto-Lei nº 58, de 21 de novembro de 1966.**

RELATOR: Senador João Cleofas.

1. A mensagem presidencial número 675-6, encaminhada à deliberação do Poder Legislativo, a fim de ser apreciado de acordo com o § 3º do art. 54 da Constituição, projeto de lei concedendo redução das contribuições previstas nas leis ns. 2.613, de 23-9-65 — 4.504 de 30-11-64 e decreto-lei nº 58 de 21-11-66 e destinados ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

Propõe a redução para os contribuintes que tenham seus imóveis rurais situados nas regiões de zoneamento III e IV conforme definidas no art. 43, da Lei 4.504, de 30-11-64 — *Estatuto da Terra*.

Essa iniciativa é justificada na exposição anexa à mensagem do Senhor Ministro da Agricultura que "considera oportuna a adoção de medidas tendentes a tornar gradativamente suportável a carga fiscal que incide sobre as propriedades territoriais rurais, determinados pelos três diplomas legais acima referidos".

É justificada também pelo ilustre titular da pasta da Agricultura em face da atual conjuntura econômica — bem assim, em consonância com a política governamental de estímulos à produção agropecuária.

Cabe-me nessa oportunidade para completa apreciação do assunto proceder-se a uma recapitulação a respeito da formulação e da aplicação das leis ns. 2.613 — 4.504 e decreto-lei nº 58, em favor do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

II. O Serviço Social Rural criado pela Lei nº 2.613 de 1955 foi extinto pela lei delegada nº 11 de 11-10-1962 através da qual foi criada a SUPRA — Superintendência de Reforma Agrária.

O *Estatuto da Terra* criado pela Lei nº 4.504, de 30-11-64, extinguiu a SUPRA e criou as duas novas autarquias, Instituições Brasileiras de Reforma Agrária (IBRA) e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

A Lei nº 2.613 de 23 de setembro de 1955, ao criar o Serviço Social Rural, atribuiu-lhe o direito de arrecadar, para custeio de seus serviços, as contribuições estabelecidas nos artigos 6º e 7º.

No artigo 6º estabeleceu a contribuição de 3% — cargo de treze indústrias ligadas às atividades rurais incidindo sobre os salários mensais, bem como um adicional, hoje de 0,4%, às contribuições da previdência social

#### CONGRESSO NACIONAL

sobre as demais atividades econômicas, incidindo na mesma modalidade.

No caso em exame, o que interessa apreciar é a contribuição do artigo 7º, assim fixada:

"Art. 7º As empresas de atividades rurais não enquadradas no art. 6º desta lei contribuirão para o Serviço Social Rural com 1% (um por cento) do montante e da remuneração mensal paga aos seus empregados.

Parágrafo único. Ficam isentas da contribuição constante desse artigo as pessoas físicas que explorem propriedades próprias ou de terceiros cujo valor venal seja igual ou inferior a Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros)".

Como se vê, tal contribuição é devida pelos produtores rurais em geral, quer dedicados à lavoura, à pecuária ou atividades extrativas. Era fácil perceber desde logo a dificuldade para sua cobrança, dada a falta de escrituração e organização contábil da imensa maioria dos agricultores, disseminados no território nacional.

Por isto mesmo, decorridos 10 anos de sua vigência, praticamente não houve arrecadação. Permanecia, no entanto, uma situação de intranquilidade no meio rural, pela expectativa de lançamentos *ex officio* e cobrança executiva.

Por outro lado, o Serviço Social Rural, de tão elevado objetivo, não chegara praticamente a ser implantado.

Os clamores e os protestos eram gerais em toda a classe rural de todo o País contra a cobrança das contribuições.

III. Atendendo a essa situação de protesto e de reação tanto mais legítimas quanto continuava em abandono o meio rural, os Poderes Públicos foram forçados a elaborar e promulgar a Lei nº 5.097, de 2 de setembro de 1966, concedendo ampla anistia do tributo, considerando-o extinto desde sua criação até 31 de dezembro de 1965, determinando, ademais, que fossem restituídas as importâncias pagas, mediante compensação com os débitos futuros. Isto vale dizer que os produtores rurais somente começaram a dever a contribuição de 1% a partir de 1º de janeiro de 1966.

Mas na verdade se a lei nº 5.097 proporcionava um desafogo ao agricultor, novas dificuldades vieram em seguida, onerando-o de forma ainda mais implacável — como é o caso do I.C.M., criado pela lei de reforma do sistema tributário do país e que veio, a partir do exercício vigente, agravar de maneira insuportável o pequeno produtor rural, especialmente o lavrador de gêneros de subsistência.

Em virtude da extinção do Serviço Social Rural, a contribuição passara a ser devida à SUPRA, por força do Decreto-lei nº 11, de 11 de outubro de 1962. A seguir, o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30-11-64), extinguindo a SUPRA e criando duas novas autarquias — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) — estabeleceu nesta última Lei, quanto à destinação do tributo:

"Art. 117. As atividades do Serviço Social Rural, incorporado à Superintendência de Política Agrária, pela Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962 bem como o produto da arrecadação das contribuições criadas pela Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, serão transferidas, de acordo com o disposto nos seguintes incisos:

I — ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário caberão as atribuições relativas à extensão rural e cinquenta por cento da arrecadação;

II — ao órgão do Serviço Social da Previdência, que atenderá aos trabalhadores rurais ... (VETADO) ... caberão as demais atribuições e cinquenta por cento da arrecadação. Enquanto não for criado esse órgão, suas atribuições e arrecadações serão da competência da autarquia referida no inciso I".

Não havendo a Lei considerado a existência, na ocasião, do órgão previdenciário do campo, nem tampouco tomado conhecimento da Lei nº 4.214, de 2-3-63 que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) veio arrecadando a contribuição, por inteiro, até que o Decreto-lei nº 276, de 28-2-67, criando o Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), alterando as disposições dos artigos 158 e 160 do mencionado Estatuto, atribuiu expressamente a metade da arrecadação ao FUNRURAL.

IV. Nestas condições a atual contribuição de 1% a que nos referimos está sendo atualmente distribuída metade ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) metade ao FUNRURAL.

Prevalecendo a extinção dos débitos fiscais dos agricultores decorrentes dos arts. 6º e 7º da lei nº 2.613 apenas até o exercício de 1965 e devendo portanto ser regulamentada a lei número 5.097 o governo baixou o decreto-lei nº 58 de 22-11-66 estabelecendo novo critério para cobrança,

tendo em vista a dificuldade de elaboração de folhas de salários dos trabalhadores rurais raramente extraídas pela maioria dos agricultores. No decreto-lei nº 58 ficou também estabelecido o critério de compensação das contribuições anteriormente recolhidas. Mas o que importa sobretudo acentuar é que também continuou a ser reconhecido pelo governo, ao baixar o decreto-lei nº 58, textualmente:

"Considerando que, na atual conjuntura econômica a contribuição de 1% prevista pelo artigo 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, poderá determinar, em numerosos casos, carga fiscal insuportável";

O artigo do Decreto-Lei nº 58, que interessa ser analisado é o seguinte:

"Art. 3º A partir do exercício financeiro de 1967, os contribuintes a que se refere o art. 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, quando também contribuintes do Imposto Territorial Rural, terão suas contribuições calculadas na base de 1% (um por cento) do salário-mínimo regional anual para cada módulo atribuído ao respectivo imóvel rural, em consonância com o definido pelo inciso III, do art. 4º, da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964.

§ 1º Os proprietários de imóvel rural com área igual ou inferior a 1 (um) módulo ficarão isentos dessa contribuição.

§ 2º A contribuição de que trata o presente artigo será recolhida conjuntamente com o Imposto Territorial Rural, pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que baixará as normas para a emissão dos correspondentes avisos e recibos e respectiva cobrança, promovendo a contabilização e automático crédito ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), retendo em sua conta a taxa de vinte por cento (20%) sobre o produto arrecadado pela participação solidária na execução do que estabelece o Estatuto da Terra.

§ 3º A contribuição paga pelo proprietário de imóvel rural, que tiver contrato de arrendamento ou de parceria, poderá ser por ele considerada como seu crédito no respectivo contrato".

Como se vê, a Lei estabeleceu o lançamento da contribuição "ex officio," baseado na presunção da existência de, pelo menos, um empregado por módulo contido na propriedade.

Sem abordar outros aspectos, que o novo critério sugere, é forçoso reconhecer que sua aplicação acarretará graves injustiças, em decorrência das mais variadas condições de exploração da terra na enorme área do país, da disparidade na densidade populacional, dificuldades de transportes e cobrança veio favorecer as regiões mais desenvolvidas e representa pesado e injusto encargo para as demais.

Consciente do fato, o próprio Poder Executivo procura atenuá-lo com a Mensagem nº 12 ao Congresso, ora em exame, que concede, no corrente exercício, o abatimento de 50% da contribuição calculada e de 25% no exercício seguinte, sempre que se tratar de lançamento sobre imóveis rurais situados nas regiões de zoneamento III e IV, conforme definidas no artigo 43 do Estatuto da Terra.

Tais regiões são assim definidas na Lei citada:

"III — as regiões já economicamente ocupadas, em que predomine economia de subsistência e cujos lavradores e pecuaristas careçam de assistência adequada.

IV — as regiões ainda em fase de ocupação econômica, carentes de programa de desbravamento, povoamento e colonização de áreas pioneiras".

A primeira observação, que merece o projeto, é haver tratado igualmente, pelo abatimento da contribuição, duas regiões tão díspares, como acima definidas.

Realmente, se, na primeira, o Governo reconhece a justiça de um abatimento inicial de 50%, é evidente que, na segunda, tal abatimento deveria ser muito mais elevado.

V. Longe de melhorar, as condições da agricultura brasileira continuam a ser golpeadas pela tributação. Continuam os mais justos clamores contra a aplicação do imposto de Circulação de Mercadorias sobre os produtos agrícolas. As próprias autoridades financeiras estão em fase final de estudos para implantação de normas legais que venham aliviar a aplicação do ICM na agricultura. E' de justiça assinalar que o Governo tem sido sensível a essa contingência, tanto que, segundo informação que me foi transmitida pessoalmente pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), as guias expedidas para cobrança da contribuição objeto do projeto já foram extraídas com a redução de 50% para o exercício corrente.

As zonas III embora próximas são aquelas necessitadas de assistência técnica e econômica, porque em geral a agricultura de subsistência e a agricultura pobre.

A zona IV é composta pelo chamado "Vazio Territorial" onde os índices gerais são praticamente negativos.

Entendemos por isto que a redução para esta última zona deveria ser maior do que a concedida a III.

Todavia, opinamos para que seja feita uma redução uniforme nos três anos iniciais e outra menor nos três anos seguintes para as duas regiões citadas.

Voltemos a esclarecer que a redução para o exercício corrente já está feita.

Assim sendo, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei nº 12, de 1967, com as parciais modificações que sugerimos, e, com relação às 6 (seis) emendas oferecidas perante a Comissão Mista, assim nos pronunciamos:

## EXPEDIENTE

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Congresso na oficina do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

### Parecer sobre as emendas

EMENDAS Nº 1, 3, 4 e 5

As emendas nºs 1, 3, 4 e 5 versam matéria semelhante e serão, portanto, apreciadas conjuntamente.

A emenda nº 1, do nobre Senador José Feliciano, apoiada por justificativa pertinente, postula pela isenção de tributos pelo prazo de 10 anos.

A emenda nº 3, do nobre Deputado Fausto Gayoso, alegando "a necessidade imperiosa de se processar mais lentamente a implantação do tributo em causa", e ainda, ressaltando que o próprio governo já sancionou lei dispensando a cobrança dos mesmos tributos, por dificuldades intransponíveis que encontrou o governo, propõe a isenção do pagamento no corrente exercício e a incidência cumulativa de 10% a partir de 1968.

A emenda nº 4, fundamentada na assertiva de que os proprietários rurais encontram-se verdadeiramente "sufocados com os ônus e encargos da atual conjuntura econômica financeira porque atravessa o país" e esculpida na própria mensagem com que o Sr. Ministro da Agricultura submeteu o projeto à consideração do Sr. Presidente da República, afirmando que "face a atual conjuntura econômica e em consonância com a política de estímulos a produção agropecuária e o desenvolvimento das atividades rurais, considera oportuna a adoção de medidas tendentes a tornar gradativamente suportável a carga fiscal que incide sobre as propriedades territoriais rurais..." propõe a isenção da contribuição devida ao Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA) até o ano de 1968, inclusive.

E', embora bem fundamentada a justificativa, uma solução que não atende à necessidade da agricultura porque transfere simplesmente o problema para 1969.

A emenda nº 5 trata de forma objetiva e com justificativa plenamente aceitável, de solucionar a matéria ao longo de seis anos, mediante uma redução decrescente do tributo.

A fluência do prazo, durante o qual haveria a redução tributária, possibilitaria, naturalmente à agropecuária, pela adoção da tecnologia moderna, alcançar índices de produtividade satisfatórios, colocando-se, assim, em condições de sem o seu fornecimento, pagar as contribuições ao Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA) e ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

O escalonamento adotado me parece rigoroso, deixando aqueles órgãos uma contribuição muito reduzida, os quais necessitam de recursos para se aparelharem convenientemente a fim de sanear as distorções presentes na atividade rural.

Assim, examinadas todas essas emendas e mais o projeto originário do Executivo e mais a justificativa que acompanhou o mesmo projeto em confronto com a realidade rural brasileira,

propomos sejam elas aceitas com a seguinte subemenda:

### SUBEMENDA

O artigo 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Os contribuintes a que se refere o art. 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, que tenham seus imóveis rurais situados nas regiões de zoneamento III e IV, conforme definidas no art. 43, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, quando também contribuintes de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, terão a partir do exercício financeiro de 1967, nos seis primeiros anos de aplicação do disposto no artigo 3º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966, as seguintes deduções:

- a) 50% nos três primeiros anos; e
- b) 30% nos anos seguintes.

### EMENDA Nº 2

A emenda nº 2, embora tenha objetivo louvável, refere-se diretamente à reforma agrária, a cargo do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), e assim consideramos prejudicada.

### EMENDA Nº 6

A emenda nº 6, do nobre Deputado Aroldo Carvalho, trata de matéria pertinente à classificação setorial brasileira e pela sua própria sistemática indica as atividades de beneficiamento integrado ao complexo industrial brasileiro.

Por essa razão, julgamos conveniente identificar-se com mais profundidade a semelhança de tais atividades com o tratamento dispensado à própria produção brasileira de matérias primas agropecuárias.

Por tais fundamentos somos pela sua rejeição.

Concluindo o exame das emendas, oferecendo a seguinte do Relator, a qual esperamos venha a ter uma boa acolhida da parte dos meus ilustres pares:

### EMENDA Nº 7 (R)

Acrescente-se o seguinte artigo:

Art. 2º E' prorrogada, até 31 de dezembro de 1967, sem multa e sem correção monetária, a cobrança do Imposto Territorial Rural e das contribuições para o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário.

A emenda encontra plena justificativa tendo em vista a realidade existente.

O prazo para pagamento sem multa das contribuições a serem recolhidas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) deveria terminar a trinta de outubro corrente, enquanto o projeto de que é objeto de nossa apreciação somente poderá ser votado no mês de novembro pois que foi remetido pelo Poder Executivo somente no dia 6 de outubro para o Congresso.

Enquanto isto o próprio IBRA, conforme informação que me foi transmitida diretamente, devo repetir, pelo seu ilustre presidente tomou a providência de fazer extrair as guias par recolhimento e consequente pagamento ao INDA já com a redução de 50% prevista na mensagem.

Por maior esforço de cadastramento rural, feito pelo IBRA são inúmeras e repetidas as reclamações feitas de Norte a Sul do País pelos agricultores, quanto às suas deficiências, injustiças ou desvios dos critérios gerais, tanto assim que o IBRA tem revelado compreensão e tolerância no acolhimento às referidas reclamações.

Existe pesando sobre o agricultor brasileiro uma intensa e extensa legislação onerando-o no campo tributário com tributos sem conta cujas cobranças e cobrança acarretam igualmente a criação de situações de injustiças e desigualdade.

Acresce que até hoje inúmeros lavradores, Brasil a dentro, não foram notificados sequer para o pagamento dos tributos relativos ao INDA IBRA, que lhes estão atingindo.

Nestas condições a emenda vis simplesmente atender de um modo geral a uma situação existente a qual tem sido deferida no exame dos sucessivos casos individuais, que frequentemente aparecendo.

E' o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1967. — José Mandelli, Presidente — João Cleofas, Relator.

### PARECER

Nº 23, de 1967 (C.N.)

Da Comissão Mista

Relator: Sr. João Cleofas.

A Comissão Mista designada para emitir parecer ao Projeto de Lei nº 12, de 1967 (CN), que "concede deduções da Contribuição devida ao INDA, prevista no Artigo 3º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966, aprovou o parecer do Relator e o substitutivo anexo em que foram incorporados o projeto, o parecer do Relator, as emendas e subemendas aprovadas.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1967. — José Mandelli, Presidente. — João Cleofas, Relator. — Wilson Falcão — Pereira Lúcio — Sadi Bogado — José Richa — Ricardo Carneiro — Duarte Filho — Mano Rodrigues — José Feliciano — Arthur Virgílio — José Ermírio — Erach Régio — Clodomir Millet — Leand Maciel — Hênio Romagnoli, com declaração de voto anexa.

E' o seguinte o substitutivo aprovado:

### SUBSTITUTIVO

Ao Projeto de Lei nº 12, de 1967, que concede deduções da contribuição devida ao INDA, prevista no artigo 3º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os contribuintes a que se refere o art. 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, que tenham seus imóveis rurais situados nas regiões de zoneamento III e IV, conforme definidas no art. 43 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, quando também contribuintes de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, terão, a partir do exercício financeiro de 1967, nos seis primeiros anos de aplicação do disposto no artigo 3º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966, as seguintes deduções:

- a) 50% nos três primeiros anos;
- b) 30% nos três seguintes.

Art. 2º É prorrogada, até 31 de janeiro de 1968, sem multa e sem correção monetária, a cobrança do Imposto Territorial Rural e das contribuições para o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA).

Parágrafo único — Fica igualmente prorrogado, até 30 de junho de 1968, sem multa e correção monetária, o prazo de cadastramento voluntário dos proprietários rurais.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor a data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. DEPUTADO HENIO ROMAGNOLI.**

O Projeto de Lei nº 12-67 demonstra de modo inequívoco a preocupa-

ção do Governo em aliviar a carga tributária que pesa atualmente sobre o homem do campo. Merece, por conseguinte, todo o nosso apoio, sobretudo "face à atual conjuntura econômica", como bem justificou o Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura na Exposição de Motivos do Projeto.

Urge a adoção de uma providência, visando a diminuir o ônus tributário que, dentro do atual sistema agrário, recai sobre o produtor rural, que como medida de excelente política fiscal, deveria estar isento de imposto ou contribuições, decorrentes de suas atividades agropecuárias. É inconcebível que o fator preponderante, mola mestra da nação, o elemento básico

de seu desenvolvimento, o alimentador do homem, principalmente na época em que especto da fome ronda a humanidade, seja cada vez mais desistimulado a dedicar-se ao cultivo da terra.

Sou favorável à isenção total de tributos a quem se dedique às atividades rurais. Ele já paga elevado imposto, ao mourear, dia a dia, sob sol ou chuva, sujeitando-se às inclemências da atmosfera e aos mais desastrosos fenômenos da natureza, sem garantias efetivas contra tais riscos.

Portanto, não é justo que sobre os ombros do homem do campo pesem outras preocupações, que em vez de incentivá-lo a produzir mais, só con-

seguem desencorajá-lo a continuar na luta, até fazê-lo abandonar o meio rural.

Enquanto, não alcançarmos esse estágio de total isenção tributária, estarei votando conscientemente a favor de projetos como este, de autoria do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, na qual vejo o intuito humano e corajoso de levar ao meio agrário um lenitivo, procurando dessa maneira concretizar uma política de estímulos à produção agropecuária e ao desenvolvimento das atividades rurais.

Sou, pois, inteiramente, favorável ao Projeto em apreço.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1967. — *Henio Romagnoli.*

**TA DA 1ª REUNIÃO, EM 30 DE OUTUBRO DE 1967**

**1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura**

**RESIDÊNCIA DO SR. GUIDO MONDIN**

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena  
Petronio Portela  
Menezes Pimentel  
José Hermirio  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Josaphat Marinho  
Filinto Muller  
Guido Mondin

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de penas 10 Srs. Senadores. Não há, portanto, "quorum" para abertura dos trabalhos.

Nestas condições, vou encerrar a presente reunião, designando para a sessão ordinária de amanhã, a mesma Ordem do Dia

**TRABALHO DAS COMISSÕES**

(Encerra-se a presente às 14 horas e 35 minutos).

**EXPEDIENTE RECEBIDO**

**LISTA Nº 27, DE 1967**

Em 30 de outubro de 1967

*Manifestações favoráveis à aposentadoria da Professora aos 25 anos de serviço:*

— da Câmara Municipal de Penápolis, SP;  
— da Câmara Municipal de Parauapeçu, Paulista, SP;  
— da Câmara Municipal de Junípolis, SP;  
— da Câmara Municipal de Basílio, SP;

*Manifestações favoráveis à não modificação do Imposto de Circulação e Mercadorias:*

— da Câmara Municipal de Barra Bonita, SP;  
— da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, PR;

*Manifestações de apoio ao projeto que cria as Bibliotecas Municipais:*

— da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, SP;

## SENADO FEDERAL

— da Câmara Municipal de Marília, SP;

*Solicitação de um Projeto de Lei objetivando a dinamização de lavoura brasileira:*

— da Câmara Municipal de Theodoro Sampaio;

— da Câmara Municipal de Penápolis, SP;

— da Câmara Municipal de Corchal, SP;

*Manifestações favoráveis ao Projeto de Lei nº 54-67:*

— do Presidente da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Ibiaparan, PR;

— do Presidente da Federação Paranaense de Cooperativas, PR;

*Diversos assuntos:*

— da Câmara Municipal de Macaio, AL, arrolando a oficialização do "jogo de bicho";

— da Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Acessórios e Peças, oferecendo sugestão as disposições contidas no projeto de lei 455-A-67;

— da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, GB, encaminhando indicação no sentido de ser rejeitada a tese do aumento do imposto de Transmissão de Propriedade;

— do IBGE, convidando os membros do Senado Federal para participarem das solenidades comemorativas de seu centésimo vigésimo nono aniversário;

— do Presidente da Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Acessórios e Peças, GB, manifestando-se contrariamente ao projeto de Lei número 455-A-67;

— da Câmara Municipal de Penápolis, SP, manifestando-se favoravelmente à manutenção do atual sistema tributário;

— da Associação Cristã de Moços de São Paulo, SP, manifestando-se contrariamente à oficialização do "jogo de bicho";

— da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, SP, solicitando rápido andamento do projeto de lei que autoriza os atuais quadristas de direito a adquirirem carteiras de solicitador;

— do Reitor da Pontifícia Universidade Católica, SP, solicitando aprovação urgente do projeto de lei da Câmara nº 37-C-67;

— da Câmara Municipal de Tremembé, SP, enviando requerimento solicitando informações sobre a veracidade do encerramento dos trabalhos sobre o exploração do Xisto no Vale do Paraíba, transferindo a Superintendência para Curitiba;

— da Câmara Municipal de Sorocaba, SP, enviando memorial dos Sindicatos de classe desta cidade, solicitando reajustamentos salariais;

— do Chefe da Divisão de Relações Públicas do SENAM, Ministério do Interior, DF, remetendo um exemplar do Boletim Informativo deste órgão.

**Discurso pronunciado pelo Senhor Senador Gilberto Marinho na sessão de 4 de outubro de 1967, que seria publicado posteriormente.**

**O SR. GILBERTO MARINHO:**

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, consoante assinala a unanimidade da imprensa da antiga Capital da União, ontem, aqui em Brasília, dirigentes sindicais de todos os Estados fizeram sentir a desaprovção maciça dos órgãos classistas operários à política social do governo. Salientaram os líderes a falta do apregoado diálogo entre o Executivo e as massas obreiras; demonstraram a queda progressiva do poder aquisitivo e a falta de medidas que alterem a política de contenção salarial, mantida com todo rigor, ao passo que os preços estão em ascensão. Queixaram-se do tumulto e do ilogismo reinantes na previdência social, cuja pretendida unificação, por enquanto, reduziu em prejuízo aos segurados. Também deixou de concretizar-se a almejada liberdade sindical, haja vista a contínua impugnação pelo aparelho policial dos candidatos às eleições nos órgãos dos trabalhadores. Esvaziaram o sindicato de sua significação, em face da política salarial e das constantes ameaças repressoras.

Pleiteiam as lideranças operárias a recomposição dos salários segundo os índices capazes de competir com os preços reais das utilidades e não conforme a legislação em vigor, de todo contrária à brutal evidência dos fatos. Como solução imediata para as aperturas em que se debatem os trabalhadores, sugeriram os dirigentes a aceitação, pelo governo, da ideia do Senador Carvalho Pinto, ou seja: a concessão de um abono geral de emergência, enquanto se estudam as decisões definitivas quanto às alterações da legislação e o deferimento dos salários satisfatórios.

A chamada suplementação salarial de emergência, se concedida, refletiria o desejo de o governo iniciar, enfim, os desejáveis entendimentos com os trabalhadores em geral — operários e intelectuais — todos na expectativa de diálogo e compreensão. É óbvio, e custa-nos enunciá-lo que o desenvolvimento econômico nacional há de processar-se com apoio de todas as representações trabalhistas. O dinheiro concedido ao trabalhador, não importa a sua natureza,

reveste ao mercado interno, amputando-o, estendendo-o para longo da periferia mais civilizada, indo movimentar os centros afastados, sequiosos de capitais. Remunerar bem, ou seja: com cante as mínimas necessidades efetivas, é forma de investimento imediato. Desta elementar verdade devem convencer-se os governantes para que o desenvolvimento possa ocorrer só por toda parte, redundando nas benesses tão almejadas para a Nação.

Um grupo de trabalho constituído pelo Senhor Presidente da República vai estudar a reformulação do Código de Vencimentos dos Militares. Atendeu o governo para a urgência de atualizar os proventos dos integrantes dos três ramos das Forças Armadas, retribuição, aliás, sempre em desacordo com os modestos gastos das famílias e dos próprios elementos que as compõem. É um sinal positivo de que o governo pretende, por fim, atender às necessidades de parte do funcionalismo. Certamente, a medida ora tomada, complementar-se-á com outra comissão destinada a cuidar de igual assunto na área civil.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite-me, V. Exa. um aparte?

O SR. GILBERTO MARINHO — Pois não!

O Sr. Aarão Steinbruch — Realmente, é de estranhar-se que o Poder Executivo, depois de negar homologação a um acordo livremente estabelecido entre banqueiros e bancários do Estado do Rio, institua uma Comissão para que se reveja o Código de Vantagens dos Militares sem que, igualmente, se faça isso com referência ao funcionalismo civil, tendo antes confirmado a sua política de arrocho salarial com referência aos trabalhadores de empresa privada. Quero referir a V. Exa. um exemplo que ilustra bem o acerto do que questionam os trabalhadores: um dos primeiros homens que falou sobre a participação dos lucros, Owen, visitando uma indústria da Inglaterra, em Leeds, precisamente, teve oportunidade de ouvir queixa do industrial sobre o desperdício de matéria-prima verificado no seu estabelecimento, quando teria perdido cem mil francos-ouro, daquela época. Owen disse e ele o seguinte: "Já que essa matéria-prima é desperdiçada, conforme você está dizendo, em razão do trabalho dos operários, porquê motivo não dá, dos cem mil francos, cinquenta mil a esses operários para que possam melhorar a produção e você ganharia, ainda, cinquenta mil francos-ouros!" E' o que se está verificando no País: os operários estão deixando de produzir, porque não se alimentam condignamente e agora, o Presidente da República, depois dos reclamos incessantes da classe operária, forma uma Comissão para que, no prazo de 90 dias, se reveja o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, confirmando a política salarial draconiana contra os operários. V. Exa. tem razão em apelar para



que se forme uma nova Comissão e também que se apoie qualquer medida de revisão salarial em benefício dos trabalhadores. Não é possível continuar com essa discriminação. Os militares vão ter um aumento e os civis continuam com os vencimentos paralisados.

O Sr. Marcelo de Alencar — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. GILBERTO MARINHO — Pois não.

O Sr. Marcelo de Alencar — O Senador que se antecedeu no aparte também o fez em relação à extensão do apelo contido no pronunciamento de V. Exa. Realmente, não guarda compatibilidade a ação do Governo, ao tomar a boa iniciativa de cuidar do aumento de vencimentos de uma determinada classe, não o fazer com relação àquelas que foram, evidentemente, muito mais atingidas. O Governo atual anuncia como característica própria, ou característica dele, o lado humano. A imagem que pretende criar de si próprio baseia-se em objetivos de humanidade, sobretudo considerando basicamente o homem. Não é possível, portanto, que faça anteceder as suas preocupações em relação a uma classe, que também deve estar sofrida e atingida pelo custo de vida, sem considerar prioritariamente, em primeiro lugar, a grave, a irremediável situação do trabalhador brasileiro, que tem suportado todo o ônus de uma política deflacionária, que hoje já recebe o voto de desconfiança das classes empresariais, conhecidas que são do problema e que, embora tenham preconizado em outras épocas, outras medidas, hoje, concordam e acordam com os trabalhadores no sentido de fazer índices de reajustamento salariais superiores aos termos da "lei de arrôcho". De sorte que, ao mesmo tempo em que mantemos nosso apoio à proposição de V. Exa. aderimos também ao Senhor Aarão Steinbruch, aditando estas nossas considerações para que o Governo esteja advertido de que essa medida isolada não nos parece sábia nem generosa, mas, ao contrário, abre mais fôssos entre as diversas classes, hoje já em sistema de desconfiança.

O SR. GILBERTO MARINHO — Agradeço aos eminentes colegas Senadores Aarão Steinbruch e Marcelo de Alencar, autênticos líderes trabalhistas, o apoio que trazem às considerações ora expendidas desta tribuna.

Terminando, Senhor Presidente, resta-nos esperar, finalmente, que o início do ano vindouro propicie a militares e civis o imprescindível reajustamento salarial. Ficam faltando as providências na área dos trabalhadores, cujos líderes vão reunir-se de luta contra a vigente política salarial. Que esses cuidados não tardem e o que esperamos em favor, principalmente, da harmonia social. (*Muito bem! Muito bem!*)

**Discurso pronunciado pelo Senhor Senador João Cleofas, na sessão ordinária de 24 de outubro de 1967, que seria publicado posteriormente**

O SR. JOÃO CLEOFAS:

Sr. Presidente, designado Relator da Receita, na ausência do eminente Senador Mem de Sá, que tem sido, invariavelmente, seu Relator nesta Casa, entendo que não me deveria esquivar desta honrosa incumbência e, por isso, antes mesmo de levar o meu parecer a Comissão de Finanças, entendi também do meu dever ocupar a atenção do Plenário para fazer breves considerações a respeito do Orçamento Geral da União, de cuja elaboração nos ocupamos. Desejo, sobretudo, deixar mais uma vez evidenciada a importância e a significação que,

sem dúvida, deve merecer o exame das aplicações da contribuição do povo brasileiro para a manutenção da máquina administrativa governamental e para o desenvolvimento do País.

Entendemos que nessa oportunidade seria indispensável, por sua vez, que se fizesse uma análise global do projeto de Orçamento no seu conjunto, tanto na parte da Receita como na parte da Despesa.

Acompanhamos toda a questão de ordem aqui levantada, com oportunidade e brilho, pelo eminente Senador Josephat Marinho, e tomamos conhecimento da decisão acertada e lúcida adotada pela Assembleia do Senado.

Na verdade, estamos aprovando um Orçamento de transição, um Orçamento feito ainda de uma maneira um tanto confusa e desordenada, um Orçamento que não relete a aplicação dos dispositivos constantes dos textos constitucionais que regulam, instruem e orientam a técnica da elaboração orçamentária. Na verdade, porém não tínhamos outra maneira de proceder.

Aguardamos que o Poder Executivo enjoe, dentro de breve dias, como de resto tem anunciado, o projeto de Lei Complementar que regula a votação do Orçamento-Programa ou dos Orçamentos Plurianuais, e, com a sua votação, realmente, iremos prestigiar o Poder Legislativo, porque uma vez aprovados com a nossa participação os Orçamentos Plurianuais um Orçamento anual é mera parcela componente dos planos globais, expressos naqueles.

Como disse há pouco, Sr. Presidente, vou permitir-me fazer algumas rápidas e despretensiosas apreciações sobre o Projeto de Lei Orçamentária para o Exercício de 1968.

Vou destacar, então, alguns trechos do parecer que terei mais tarde, ou amanhã pela manhã, de proferir na Comissão de Finanças. Darei um rápido, um sumário roteiro de maneira como foi encaminhada a Proposta Orçamentária, e lamento, deploro sinceramente, que um instrumento de tanta repercussão para o funcionamento da máquina administrativa do País, instrumento fundamental, como na verdade é o Orçamento, de orientação, de guia, de supervisão e de controle da política econômica e financeira do País, tenha sido elaborado até agora nas condições em que se apresenta. Se, na verdade, atualmente, o Poder Legislativo tem, por força da Constituição de 67, seus poderes como que cerceados, deveria ele, pelo menos, fazer uma análise mais profunda e mais objetiva das incorreções e das falhas com que se nos foi apresentado o projeto.

A proposta orçamentária encaminhada pela mensagem presidencial, antes de se referir diretamente à evolução da Receita e da Despesa para 1968, apresenta minuciosa exposição do Ministro do Planejamento, com a colaboração do dr. Fazenda, na qual se anuncia, em três capítulos principais, Os objetivos básicos do Governo. As diretrizes da política econômica e o Programa Estratégico. São esses princípios, especialmente o último, que orientação a formulação do Plano Trienal 1968-70, a ser submetido ao Congresso — conforme se anuncia — até o fim do ano e o qual irá constituir a base dos programas e orçamentos plurianuais. "As diretrizes da política econômica estão alçadas no diagnóstico do comportamento recente da economia brasileira, caracterizada no seguinte quadro encontrado em março último" — diz a mensagem.

O quadro se expressa da seguinte maneira:

(Lendo).

"Em primeiro lugar, pelo debilitamento do setor privado resultante do agravamento do problema da liquidez e da queda da demanda verificada em nume-

ros setores; em segundo, pela pressão excessiva pelo setor público, sob várias formas.

O programa estratégico básico para o estabelecimento do plano trienal assenta no princípio lógico de que cabe ao Governo comandar o processo do desenvolvimento. Porquê? — Porque naquela os instrumentos da política econômica respondem pela conservação da infra-estrutura econômico-social e pela produção de bens e serviços de que depende o setor privado.

Reconhece-se, portanto que a dinamização do processo de desenvolvimento depende, em grande parte, da eficiência da máquina governamental e de outras condições enumeradas. Por isso mesmo, deve também ser salientada a importância e a significação da reforma administrativa, pois que é próprio — o desenvolvimento econômico — é "durante a efetivação" — diz textualmente a exposição — pela emperrada, inflada e onerosa máquina governamental existente, que conduz à frustração dos planos governamentais e ao bloqueio burocrático do setor privado."

São expressões textuais da apresentação do Projeto de Orçamento:

"A política fiscal do Governo é caracterizada pelas autoridades, financeiras, focalizando dois aspectos fundamentais:

1º) O nível global e composição das despesas;

2º) O do seu financiamento através das receitas tributárias, das tarifas, dos serviços públicos, de contribuições diversas (Previdência Social, Fundo de Garantia, etc.), da utilização da dívida pública e por fim, sendo necessário, também das emissões.

A Mensagem esclarece, em seguida, textualmente:

a) quanto ao nível global procurar-se-á reduzir a pressão quantitativa sobre o setor privado;

b) quanto à composição das despesas, deve-se preservar os investimentos em setores prioritários a aumentar sua participação tendo a constante preocupação de reduzir o valor real das despesas de custeio na administração."

Saliento, Sr. Presidente, que são expressões textuais:

Em relação ao item b) procurar-se-á evitar o aumento da carga tributária, pois que a sua elevação muito rápida nos anos 1964-66 proporcionou a queda de renda real no setor privado. Isto é o próprio Governo que reconhece.

A política econômica assenta na aceleração do desenvolvimento com a redução da inflação, promovendo-se a atenção especial à inflação de custos e se tornando mais eficaz a contenção dos preços.

O crescimento desmesurado da burocracia governamental, o problema da ineficiência e do desperdício da administração, dão preponderância à Reforma Administrativa, cuja significação para o desenvolvimento econômico é nitidamente salientada na Mensagem.

Dentro desses princípios, vale repetir ainda a programação orçamentária deve ser executada no sentido de contenção dos dispêndios do Governo e aumento de sua eficiência.

Evidentemente, Sr. Presidente, o Governo empenhado na luta dramática de contenção do processo inflacionário e de estímulo ao desenvolvimento econômico. A Nação acompanha e aplaude as providências saneadoras das autoridades monetárias. Entretanto apesar das medidas corajosas que vem tomando o Governo, a execução financeira da União, até agosto último, apresentou um déficit

de caixa de NCr\$ 1.166 milhões. Ainda em agosto último, a Receita se apresentou desfavorável, colocando-se, de acordo com a observação da APEO nº 129, em quase cem milhões de cruzeiros novos, abaixo do nível já recalculado no mês de julho (Decreto nº 61.035, de 13 de julho de 1967), através do qual o Governo passou a uma recalculação da Receita e da nova fixação de despesas.

Em setembro, só nesse mês, o déficit de caixa elevou-se em certa percentagem e cinquenta milhões, passando a um trilhão e trezentos e quinze bilhões, pois que a Receita nesse nove meses situou-se em quatro trilhões e setecentos e trinta e dois bilhões, e a Despesa em seis trilhões e quarenta e sete bilhões. Esse montante do descoberto equivale a 28% da receita efetiva.

A receita programada, de acordo com o decreto a que há pouco me referi, de reformulação financeira, foi estimada em sete trilhões e trezentos e oitenta e sete bilhões, e a despesa foi programada em oito trilhões e cento e quarenta e um bilhões.

Assim, através daquele Decreto número 61.035, o déficit previsto para o fim do exercício será dois terços do déficit total apurado nestes nove meses.

A previsão da receita até setembro de acordo com a reformulação financeira formulada pelo Decreto número 61.035, de 12 de julho de 1967, deveria atingir a 5.009,3 milhões. A receita, realmente arrecadada limitou-se a 4.732 milhões. Assim, operou-se nestes nove meses, uma diferença de arrecadação já depois, vale notar, de devidamente recalculada de 27,3 milhões. Sejamos ainda mais claros: se no mês de setembro a despesa programada e fixada pelo Decreto número 61.005, expedido no mês de julho excedeu de 88,4 bilhões a despesa realizada.

O Governo adotou por isto medidas até certo ponto heróicas, tanto assim que, pelo recente Decreto nº 61.415, de 23 de setembro último considerou: "indisponíveis, não podendo por isto, ser objeto de empenhos, liquidações ou pagamentos os créditos orçamentários ou adicionais com vigência em 1967 para os quais não tenha sido elaborado cronograma de desembolso" ressalvados as despesas de pessoal e de custeio. Não temos como, por maior esforço e obstinação do Governo, possa ser reduzido aos limites anunciados em torno de 750 bilhões o déficit do Tesouro no final do exercício corrente. Falemos com franqueza. O nobre deve de solidariedade e de apoio exigir assim fazê-lo. Seja qual for a extensão da luta pela melhoria do arrecadado, não podemos prever senão elevação do déficit de caixa nos três meses finais do exercício. Temos por isto mesmo de manter as mais sérias sombrias quando considerarmos a perspectivas para os meses iniciais do próximo exercício.

Vale lembrar que o déficit de caixa do Tesouro, em todo ano de 1965, limitou-se a 586,6 milhões, menos da metade portanto do descoberto do Tesouro aos nove meses de 1967. Devese esta atual situação tão sombria principalmente aos seguintes fatores:

- a) transferência de volumosa soma de autorizações de despesas do exercício passado para o vigente;
- b) adiantamento de recursos a Estados e Municípios e ainda a Autarquias;
- c) dilatação do prazo para recolhimento do I.P.T.;
- d) pagamento do aumento de vencimentos do funcionalismo;
- e) modificações legais no sistema tributário.

São perfeitamente válidas assim as observações de "Conjuntura Econômica" de setembro último, quando

assinala referindo-se apenas à execução orçamentária do 1º semestre às tremendas dificuldades que se podem deparar no 2º semestre do exercício vigente.

O Sr. Marcelo de Alencar — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO CLEOFAS — Com prazer.

O Sr. Marcelo de Alencar — O pronunciamento de V. Exª é um ensinamento para todos nós ...

O SR. JOÃO CLEOFAS — Muito obrigado.

O Sr. Marcello de Alencar — ...

e ensaia lembrar o quanto disse o Ministro do Planejamento, por ocasião das indagações que lhe foram formuladas na Câmara dos Deputados. A síntese feita, por S. Exª para justificar as distorções e o déficit de caixa foi, pura e simplesmente, no sentido de que o Governo anterior, o Governo revolucionário de Castello Branco, dos tecnocratas, teria superestimado a Receita e subestimado a Despesa. O Ministro do Planejamento não trouxe, pois, à nossa compreensão, os argumentos que V. Exª identifica, na análise que ora faz das questões orçamentárias de tão grave relevância. E já se vê por aí que as perspectivas de retomada de desenvolvimento pareçam, evidentemente, prejudicadas.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Vossa Excelência vai ver que depois destas perfeitadas e rápidas apreciações sobre

o Orçamento, demonstrarei que chegamos a esta melancólica contingência: o Orçamento brasileiro, em vez de ser um instrumento de expressão da política econômica e financeira, de desenvolvimento e progresso, é um instrumento retrógrado, antiquado, ineficiente e retardador desse desenvolvimento. Mas, apesar disto, o Governo atual realiza notável obra, esforço gigantesco, extraordinário, cujos dados irei daqui a pouco enunciar de forma positiva em favor do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

De resto, quero adiantar a Vossa Excelência que o Ministro Hélio Beltrão, falando na Câmara dos Deputados, teve oportunidade, na verdade, de situar o problema como o problema se encontra. Eu apenas deploro — devo dizer, sinceramente — que o Ministro que fez a diagnóstico tão exato do emperramento da máquina burocrática, das ineficiências, das omissões na elaboração do Orçamento, ainda não tenha tido tempo de propor onde adotar, sob forma severa, talvez até mesmo implacável, medidas de redução de despesas que constituem simples manifestação de perulismo.

Sabe-se que até agosto a receita arrecadada equivalia a 56% do total para o fim do exercício. Todavia, apresentou a menos NCr\$ 155 milhões sobre a previsão. Como fator positivo da execução orçamentária surge

que dela não decorrem emissões de papel-moeda, o que levou a APEC nº 129 a salientar:

“Mesmo mantida a atual posição do déficit governamental, os eventuais efeitos sobre a Caixa das Autoridades Monetárias deverão ser consideravelmente menos intensas que os verificados em 1966 e 1965, quando, nos últimos três meses, verificou-se agravamento das contas federais, em cerca de NCr\$ 254 milhões e ... NCr\$ 68 bilhões, respectivamente.”

São razões explicadas em “Conjunturas Econômicas”, número de setem-

bro, onde se faz uma análise lúcida e perfeita da execução orçamentária.

Ainda convém ressaltar que, nos primeiros dias de setembro último, houve emissão de papel-moeda na ordem de 100 milhões que, juntada à queda de cerca de NCr\$ 37 milhões no saldo da Caixa do Banco do Brasil, oferece a expansão do papel-moeda em circulação, no total de NCr\$ 137 milhões.

Reproduzo, aqui, o quadro relativo às emissões de papel-moeda e às variações trimestrais no último triênio, estampado no “Boletim Trimestral” do Banco Central, publicação isenta e, sobretudo( autorizada:

#### EMISSIONES DE PAPEL-MOEDA

##### Variações Trimestrais

Trimestres	1965	1966	1967
I .....	20	60	50
II .....	115	220	50
III .....	185	80	200
Soma: .....	320	350	300

Quanto aos saldos de papel-moeda, durante os anos de 1963 a 1966 e até agosto de 1967, verifica-se que, na verdade, até agora, o Governo ape-

nas emitiu nove por cento sobre o montante em circulação, quando emitiu treze por cento em 1966. Vejamos:

#### PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO

Período Janeiro-Setembro  
Saldos em NCr\$ milhões

Ano	Papel-moeda emitido	Caixa das Aut. Monetárias	Saldo em fim/mês	Variações	Saldo fim/ano %
1963	714	39	673	197	41,2
1964	1.179	70	1.109	288	35,1
1965	1.805	105	1.700	312	22,5
1966	2.422	74	2.348	275	13,2
1967	3.041	57	2.984	243	8,9

Analisando esses dados, conclui-se a conjuntura econômica:

“A despeito da posição favorável assinalada com relação às emissões de papel-moeda pelas Autoridades Monetárias, os levantamentos disponíveis indicam forte expansão dos meios de pagamento no presente exercício, em decorrência da grande elevação observada no saldo da moeda escritural. Assim é que, até setembro, estima-se que os meios de pagamento tenham apresentado acréscimo superior a 30% (contra 9% no mesmo período de 1966), verificando-se que, enquanto o saldo do papel-moeda em poder do público se manteve praticamente estável, os depósitos à vista e de curto prazo (moeda escritural) expandiram-se em maio de 25%.”

Não vou me deter aqui para não fatigar os Srs. Senadores com a exposição do processo adotado para cobertura desse déficit de caixa, com recursos um pouco do caixa do Banco do Brasil, um pouco depósitos do Banco Central, com emissão, em pequenas proporções, com obrigações do Tesouro Nacional e também um pouco de utilização dos saldos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.

A recente mensagem do Governo, nº 691, de 11 do mês corrente, aumenta de quatrocentos milhões de cruzeiros para seiscentos milhões de cruzeiros novos o Fundo de Reserva criado pelo Decreto-Lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966 — decreto que dispõe sobre aumento de vencimentos do funcionalismo — e bem assim elevando de 10 para 15% o limite máximo do percentual da receita que poderá utilizar para abertura de créditos suplementares, limite esse estabelecido na atual lei orçamentária, no atual Orçamento Geral da União, em vigor, essas duas providências evidenciam a obstinada, a inflexível preocupação do Governo em ampliar as medidas de regularização financeira previstas pelos Decretos a que há pouco me referi: 61.005 e 61.415. Vê-se portanto que o Governo está atento e vigilante e sobretudo, vivamente preocupado. Esta preocupação, expressa nesta última mensagem, é tanto mais viva quando se caminha para os meses finais do exercício.

Cabe aqui um rápido reparo quanto à atitude do Partido da Oposição, composto de homens eminentes e patriotas, diante da mensagem presidencial. O Governo poderia tê-la adotado sob a forma de decreto-lei porque, na verdade representa uma medida de alto, de fundamental interês-

se financeiro. Mas o Governo, em respeito ao Poder Legislativo, enviou-a à apreciação do Congresso. Não sei se hoje a Câmara dará número, para que lá seja aprovada a iniciativa governamental. Na verdade, não tive conhecimento de que os eminentes homens públicos que constituem o partido da oposição tivessem apreciado essa mensagem e tivessem, por sua vez, oferecido sugestões, repors ou colaboração para que caminhassemos todos no sentido de desinviar o País dessa sombria perspectiva financeira em que estamos envolvidos.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exa. me permite um esclarecimento?

O SR. JOÃO CLEOFAS — Com muito prazer e honra.

O Sr. Josaphat Marinho — Não posso entrar em pormenor, nesta Casa, porque a obstrução parlamentar que vem fazendo o MDB, nos últimos dias, ocorre na Câmara dos Deputados. Posso, entretanto, asseverar a V. Exa., por direto conhecimento dos fatos, que os representantes do MDB à Câmara dos Deputados somente passaram a usar o recurso legítimo da obstrução parlamentar depois de reiteradamente desconsiderados nas medidas solicitadas. Vale dizer, somente quando não encontraram compreensão quer na Presidência da Câmara dos Deputados, quer na Liderança da Maioria,

é que apelaram para medida perfeitamente legítima nas tradições do Parlamento brasileiro. Mas estou certo de que, quaisquer que sejam as divergências, naquilo que estiver em jogo o interesse público, o MDB procederá ali, como tem feito aqui, rigorosamente dentro da linha aconselhável à distribuição de justiça e de desenvolvimento do País.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Reconheço, nobre Senador Josaphat Marinho, que é perfeitamente legítimo o recurso da obstrução. Num caso como este, porém, em que chegamos a uma situação em que o próprio Governo coloca o problema com absoluta franqueza e isenção, entendo que deveríamos até mesmo conferir toda uma soma de responsabilidades ao Poder Executivo, para que ele pudesse, então, investido dessa integral responsabilidade, adotar, com mais liberdade, segurança e rapidez, as medidas que tem em vista adotar.

Sr. Presidentes, retomando o fio do meu discurso, cumpre assinalar que as referidas providências constituem uma meridiana demonstração de que o Governo tem uma obstinada opção antinflacionária e não pretende, de nenhum modo, contribuir para novas dilatações ou desvios na trajetória da estabilidade.

Tenho porém o indeclinável dever de acentuar que medidas ainda mais severas, decisões ainda mais rigorosas necessitam ser postas em prática no sentido de ser cumprido o § 3º do art. 66 da Constituição, que determina ao Executivo a iniciativa de proposições a ser encaminhadas ao Legislativo e destinadas ao restabelecimento do equilíbrio orçamentário, quando a probabilidade do déficit apresentar-se acima de 10% da receita estimada, como, de resto, está acontecendo.

— Falando, recentemente, na Câmara dos Deputados o Ministro do Planejamento com louvável coragem, acentuou a intollerável participação da verba pessoal na execução orçamentária de 1967, "despesa que não foi adequadamente prevista".

Só de inativos acrescenta há uma insuficiência não prevista de 113 bilhões.

Por isso acrescenta ainda o eminente titular, "no orçamento corrente está se comprindo cada vez mais as despesas de investimentos, adverte ainda igualmente que a parcela de investimento está se reduzindo a menos da terça parte do que era previsto no orçamento geral do País ora vigente. Evidentemente é para uma situação como essa, de integral desfiguração, que devemos alertar e advertir, sobretudo quando se pode verificar, facilmente, como iremos fazer mais adiante, que o projeto de orçamento para 1968 apresenta a mesma imagem anêmica, deprimida e desfigurada que consiste em última análise numa ingloria porfia de coleta das contribuições fiscais do povo brasileiro para ser destinada em sua totalidade, no atendimento, tão só, à manutenção de um vasto, difícil e ineficiente mecanismo administrativo.

Fomos assim, na verdade, conduzidos a melanólica contingência de arrecadar do contribuinte brasileiro tão-somente para as despesas de custeio ou de funcionamento daquele mecanismo.

Expresso-me desta forma com a consciência de estar cumprindo um duro e áspero dever, pois que estamos numa hora em que o Legislativo, tantas vezes considerado como fator principal de um sistema de condescendência, tantas vezes envolvido num ambiente de desprestígio, deve acentuar que a elaboração desordenada das despesas, sem menor finalidade econômica, e o fator preponderante do desequilíbrio que gera a inflação podendo conduzir o povo à inquietação, à miséria e até ao desespero.

Reconhecemos, mais uma vez que o Governo tem demonstrado, a cada passo, que está consciente desta conjuntura, mas entendemos que não é demais repetir observações desta ordem, numa hora em que se percebem indícios tão nítidos de pressão inflacionária.

O Projeto de Orçamento para 1968 pouco se afasta da rotina vigente até agora. Aparece divorciado da realidade econômica e muito longe ainda de constituir-se um instrumento administrativo ou governamental básico, assentado em objetivos largos e definidos para acelerar a máquina da administração pública.

Ainda na sua recentíssima fala na Câmara dos Deputados, o Ministro Hélio Beltrão voltou a referir-se à importância da ação administrativa dizendo, textualmente:

"A reforma administrativa há muito deixou de ser um tema de técnica de organização para se transformar num tema que interessa essencialmente ao desenvolvimento, passando a ser, realmen-

te, em toda a sua extensão, um tema econômico."

Ele completou o Ministro de forma mais definitiva a sua afirmativa, o esclarecer que "na realidade a empresa privada passou a depender substancialmente do setor público, que é o grande comprador, o grande supridor e o grande fornecedor de elementos indispensáveis ao setor privado, como energia, transportes, aço, óleo combustível etc., etc."

Assegurando à Reforma Administrativa a prioridade decorrente do seu impacto sobre o desenvolvimento já foi ela iniciada através da intitulada *Operação Desemperramento*, que veio eliminar rotinas parasitárias e minúcias burocráticas.

Mas, na verdade, a reforma do funcionamento do maquinismo governamental poderia ter sido iniciada de forma prática dentro da elaboração do orçamento, evitando-se o mais possível a multiplicidade de pequenas consignações dispersas ou inúteis para serviços, por assim dizer, simbólicos, bem como para serviços inticulados em regime de programação especial. Não é difícil, logo a um primeiro exame, encontrar-se no projeto uma repetição de dotações para finalidade absolutamente idêntica, consignadas em mais de uma entidade ou Ministério.

Cito aqui um exemplo muito elucidoativo: No anexo relativo ao Ministério da Agricultura há três consignações para aplicação de *Plano de revenda do material agropecuário*. Há também uma outra consignação absolutamente idêntica às três referidas, incluída no INDA. No Ministério do Interior, nos órgãos chamados Regionais, também figuram outras três dotações com a mesma finalidade: isto é, *aquisição e revenda de material agropecuário*. Mas isso ainda é pouco: o IBRA criou recentemente quatro companhias, intituladas CAPIA — Companhia Auxiliar de Produção de Insumos — cada uma das quatro tinha capital inicial de duzentos e cinquenta bilhões de cruzeiros; já se elevou esse capital em duas; todas são localizadas em determinadas zonas prioritárias. Assim, — em verdade, no entendimento das autoridades do IBRA deve-se concluir que as zonas classificadas prioritárias, os agricultores não deverão comprar máquinas ou equipamentos agrícolas nos estabelecimentos oficiais tradicionais, no Ministério da Agricultura, enfim, mas sim que se deveria instalar uma nova entidade para compra e revenda de material agrário.

Já houve, cabe repetir, aumento de capital de duzentos e cinquenta para um bilhão de cruzeiros. As duas restantes irão ter, também, o mesmo aumento. Vê-se que dispersão extraordinária. Se todas essas verbas fossem reunidas, fossem grupadas numa única entidade poder-se-ia constituir um único departamento centralizado ou ainda poder-se-ia organizar, simultaneamente um fundo de financiamento capacitado a enfrentar a situação dramática que atravessa o país, em que há uma enorme capacidade ociosa das fábricas, que trabalham apenas um terço do que poderiam trabalhar. Forma-se, então, um círculo vicioso. A máquina é cara, o agricultor não pode adquiri-la; ao mesmo tempo a máquina é cara porque o fabricante não pode barateá-la porque opera apenas num terço da sua capacidade.

Sr. Presidente, salientei, e tornei-me até de certo modo enfadonho, a preocupação do Ministro Hélio Beltrão pela reforma administrativa por ele considerada, muito justamente, prioritária a fim de combater o ino-

ficiência e a burocracia. Simples providências poderiam corrigir de imediato tantos e tantos casos de dispersão na aplicação dos recursos orçamentários. Poderia citar a cada passo outros exemplos, em tudo semelhantes, de paralelismo como o caso do DNOCS, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que foi criando com as duas atribuições específicas, básicas, fundamentais, obter água para combater os efeitos da seca através de barragens ou através de perfurações de poços. Depois de funcionar cinquenta e tantos anos, de 1912 até hoje, com essas atribuições invariavelmente estabelecidas, veio a SUDENE, órgão, não de execução, mas de orientação, planejamento fiscalização e controle dos recursos aplicados na região. Criou-se também, na SUDENE uma companhia, uma sociedade de economia mista para perfurar poços. Não para aperfeiçoar, para corrigir as deficiências do serviço existente, mas, ao que parece, para desprestigiar-lo. — Existe ainda, no Departamento de Produção Mineral um serviço especializado em perfuração de poços. Numa região tão carecedora de captação água subterrânea, tão pobre de recursos técnicos e humanos impunha-se a aplicação centralizada das dotações conseguidas tantas vezes, com tanto sacrifício. Outro exemplo, para finalizar as citações: ao Ministério da Agricultura tão em evidência, agora, pela Carta de Brasília, foram atribuídas as responsabilidades dos problemas de armazenamento e abastecimento. A CIBRAZEM ficaria com o controle do armazenamento — recente decreto colocou o abastecimento sob jurisdição do Ministério.

Observa-se, no entanto, que no projeto de orçamento as dotações para abastecimento no Ministério do

Interior são maiores que as dotações para o abastecimento, atribuição entregue especificamente ao Ministério da Agricultura.

Chega-se à seguinte constatação: as dotações atualmente nos organismos regionais, para programas de agricultura são superiores às dotações existentes no próprio Ministério para serviços agrícolas.

Por exemplo, um desses serviços vai criar um central de inseminação artificial para pecuária no Brasil. O Ministério da Agricultura talvez saiba disto. São exemplos que dou, nesta hora, ao apontar a preocupação do Sr. Ministro do Planejamento pela reforma administrativa que deveria começar através de modificações racionais a serem introduzidas no Orçamento em sua fase de elaboração são medidas que podem ser resolvidas por atos imediatos.

Sr. Presidente, passando, agora, a uma apreciação mais direta sobre o Projeto de Orçamento, no seu aspecto global, vale, de início, acentuar que já foram, em grande parte, atendidas as determinações constitucionais quanto à inclusão no Orçamento dos órgãos de administração indireta que recebem subvenção ou parcela da Receita Tributária.

Ficaram ainda de fora a Petrobrás e o Banco Nacional de Habitação. — Pensamos igualmente, que se faz necessária a inclusão da receita do INPS, que é constituída também da contribuição da União para a Previdência Social.

A Receita está estimada em ..... 11.097.643.279 assim desdobrada conforme quadro I em que destacamos as parcelas destinadas a atender o Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

#### RECEITA PREVISTA PARA 1968

##### Receita tributária

Imposto sobre produtos industrializados .....	4.380.000.000
Imposto sobre propriedade rural .....	1
Imposto Renda .....	3.000.000.000
Imposto Importação .....	866.000.000
Imposto único combustíveis lubrificantes .....	1.450.000.000
Imposto sobre energia elétrica .....	150.000.000
Imposto sobre Transporte Rodoviário de Passageiro .....	40.000.000
Imposto único sobre minerais .....	50.000.000
Outros tributos .....	3.716.120
Taxas e contribuições .....	63.052.10
<b>Soma .....</b>	<b>10.002.768.230</b>

Receita não tributária ..... 492.182.44

**Total receita corrente ..... 10.494.950.67**

##### Receita capital

Operações crédito .....	600.000.00
Alienação bens móveis .....	2.692.60

**Total Geral ..... 11.097.643.27**

Retirando-se da Receita corrente a parcela de 2.191.000.010 correspondente a participação dos Estados e Municípios ficará a *Receita Líquida Corrente* — 8.303.950.668

O quadro seguinte nos fornece o saldo efetivo do orçamento corrente no montante de 1.406.691.710 e bem assim nos indicará o *deficit* do orçamento de Capital

## DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA UNIAO

## 1. ORÇAMENTO CORRENTE

Especificação	Parcial	Total
Receita Líquida da União Corrente (deduzida a parcela pertencente aos Estados, DF. e Municípios) ..	—	8.303.950.668
Despesa Corrente Líquida da União (deduzida as despesas correspondentes às transferências correntes destinadas aos Estados, DF. e Municípios, por conta da participação nos impostos) .....	—	6.037.258.957
Superavit do Orçamento Corrente ..	—	2.266.691.710
Deduções:		
1. Incentivos fiscais do imposto de Renda (SUDENE, SUDAM, etc.)	700.000.000	
2. Dec. Lei 157-67 (10% sobre a arrecadação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e Jurídicas; incentivo para investimentos ....	160.000.000	860.000.000
Saldo efetivo do Orçamento Corrente	—	1.406.691.710

## 2. ORÇAMENTO DE CAPITAL

Especificação	Parcial	Total
Receita de Capital		
Saldo efetivo do Orçamento Corrente .....	1.406.691.710	
Receita de Capital .....	602.692.601	2.009.384.311
Despesa de Capital Líquida (deduzida a despesa consignada como transferências de capital aos Estados, DF. e Municípios, por conta da participação nos impostos) .....		2.869.384.311
Deficit do Orçamento de Capital ..		860.000.000

Infelizmente não se está conseguindo, como é objetivo governamental, reduzir as despesas correntes em favor das de capital. Não podemos por isto mesmo considerar como válida a distribuição percentual referida na proposta governamental e expresso no quadro ali apresentado de aumento da participação das despesas de investimento no orçamento brasileiro,

cuja percentagem anuncia-se como situada em torno de 52%, no orçamento em vigor, devendo-se elevar a 38% no projeto para 1968.

Infelizmente não podemos considerar como válida a afirmativa contida na página XIV do projeto de uma poupança de ordem de NCr\$ 2.056 na execução do atual orçamento nem, muito menos, uma poupança de or-

dem de NCr\$ 3.636 no projeto para 1968.

Lamentavelmente a realidade é completamente diversa, de resto, confessada com alta isenção e patriotismo pelo Ministro do Planejamento. Confiamos plenamente que o governo passe a adotar medidas mais severas, senão mesmo mais implacáveis sobretudo para corrigir com urgência a dispersão, o desentendimento, o paralelismo, a repetição de tantas iniciativas em princípio louváveis mas que importam, na verdade, na oficialização de uma espécie de sistema predatório na administração pública, criando-se órgãos ou serviços para atribuir-se tarefas absolutamente idênticas às conferidas a entidades já existentes.

O Ministro Hélio Beltrão confessa que a máquina do Estado está incapaz de integrar-se numa política de programação econômica.

Então, por que, nesta hora, não se adotam medidas imediatas para corrigir uma pequena percentagem dessa incapacidade de integração da máquina governamental? (Lê).

Ao em vez de entrar-se resolutamente na execução da reforma, iniciando-se na fusão de órgãos afins continuase a formular planos e reformas. Ousamos opinar por exemplo, que a carta de produção, a chamada Carta de Brasília, é um louvável roteiro de intenções com a formulação de novos planos repetindo os antigos que foram apenas experimentados ou não foram aplicados. Mudam-se apenas os rótulos.

Sr. Presidente, encerramos essas observações que têm um mero sentido de colaboração e de advertência e as quais tentam valer apenas como um propósito de participação do Legislativo na análise da situação financeira do País.

Pode-se afirmar que o orçamento brasileiro não traduz nem tem menor significação quanto à realidade nacional. Dêla está totalmente marginalizado. O nosso progresso e o desenvolvimento do País estão se processando, não obstante as rotinas e os vícios evidentes contidos no que deveria constituir o seu instrumento mais indicado e o seu roteiro mais seguro, para orientar a ação do Poder Executivo na realização de planos e programas governamentais.

Da política econômica do Governo expressa na retomada do desenvolvimento e na contenção da inflação, o orçamento não participa, ou melhor, participa de modo negativo.

Apesar dessa lamentável desfiguração podemos encontrar indicadores altamente favoráveis na ação gover-

namental incentivando, dinamizando e comandando a expansão da nossa economia e a defesa e a elevação dos níveis de vida do povo brasileiro.

O custo de vida, por exemplo, como um dos indicadores básicos, elevou-se de 21,3% nos 9 meses de 1967 ao passo que no mesmo período de 1966 elevou-se de 31,2%. Custi alimentação, 1,3% e 9% — 67-66.

Os preços por atacado elevaram-se de 16,5% em 1967, enquanto em 1966 experimentaram uma elevação de 32,6% considerando igual período de janeiro a setembro. Vale salientar que os índices dos preços por atacado têm maior significação do que os do custo de vida. Estes exprimem altas já verificadas enquanto os índices dos preços por atacado revelam o que irá acontecer relativamente aos custos dos gêneros e matérias-primas quando os produtos chegarem ao consumidor.

Assim em termos de índices de preços os resultados da política de combate a inflação são bem mais favoráveis em 1967 do que em 1963. E' que está havendo em 1967 um aumento de produção agrícola em virtude das condições climáticas satisfatórias e bem assim em virtude de uma melhor política creditícia e de melhor aplicação da política de preços mínimos que vem sendo posta em vigor.

Pela primeira vez, Sr. Presidente, a política de preços mínimos começou a ser adotada para assistir aos produtores de gêneros elementares no Nordeste, na minha região.

E' uma declaração que como nordestino faço até com sentimento de orgulho e até de emoção.

A política geral do crédito comandada pelo Banco do Brasil está sendo exercida de forma altamente eficiente e benéfica para os produtores. Foram simplificados os processos operacionais, foi concedida maior autonomia de decisão aos gerentes locais, havendo, em toda sua extensão, uma preocupação invariável de atender as atividades empresariais. O Banco do Brasil ainda procedeu à redução dos juros nas suas operações.

Juntamos dois quadros elucidativos para testemunhar o resultado obtido através do Banco do Brasil com a adoção dessas providências e bem assim para elucidar as variações percentuais, verificadas para mais, nos índices de créditos distribuídos aos produtores brasileiros. No primeiro quadro está expresso o movimento dos empréstimos no segundo as variações dos meios de pagamento.

**BANCO DO BRASIL**  
**EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO**

Saldos em fim do mês

NCR\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	1966						1967					
	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto
Crege .....	803,2	877,7	907,1	939,6	1.027,0	1.134,8	1.158,1	1.156,0	1.192,7	1.265,1	1.374,9	1.455,7
Creal .....	992,3	1.000,5	1.040,2	1.127,5	1.118,2	1.136,9	1.439,1	1.468,8	1.497,1	1.620,2	1.625,2	1.617,4
Agricultura .....	831,9	833,9	859,0	913,3	898,0	895,5	1.158,5	1.192,9	1.215,1	1.315,1	1.297,6	1.310,2
Indústria .....	160,0	166,2	180,8	213,9	219,9	241,1	280,3	275,6	281,7	313,8	327,3	336,9
Outros .....	9,4	9,4	9,4	0,3	0,3	3,0	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
<b>TOTAL .....</b>	<b>1.795,5</b>	<b>1.878,2</b>	<b>1.947,3</b>	<b>2.087,1</b>	<b>2.145,2</b>	<b>2.271,7</b>	<b>2.597,2</b>	<b>2.624,8</b>	<b>2.689,8</b>	<b>2.894,3</b>	<b>3.000,1</b>	<b>3.113,1</b>

**Variação Percentual**

1967/1966

DISCRIMINAÇÃO	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto
Crege .....	44,2	31,7	31,5	34,6	33,9	29,1
Creal .....	45,0	46,8	43,9	44,5	44,5	44,8
Agricultura .....	39,2	43,0	41,4	44,0	44,5	46,3
Indústria .....	75,2	65,8	55,8	46,7	48,8	39,7
Outros .....	- 25,0	- 25,0	- 25,0	-	-	-
<b>TOTAL .....</b>	<b>44,6</b>	<b>39,7</b>	<b>38,1</b>	<b>40,0</b>	<b>39,8</b>	<b>37,0</b>



Saldo em fim de período

NCR\$ em milhões

ESPECIFICAÇÃO	1966	1967							
	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Papel Moeda em Poder do Público	2.343,2	2.340,0	2.298,6	2.829,0	2.321,9	2.331,2	2.303,3	2.478,3	2.438,1
Moeda Escritural .....	8.178,9	8.176,2	8.520,4	8.825,8	9.622,6	10.048,1	10.490,5	10.530,1	11.632,2
Depósitos à vista no Banco do Brasil .....	1.987,0	1.979,8	2.119,4	8.135,1	2.384,0	2.496,0	2.483,4	2.558,2	2.615,8
Depósitos à vista nos Bancos Comerciais .....	6.191,9	6.196,4	6.401,0	6.690,7	7.238,6	7.552,1	8.007,1	7.971,9	8.416,4
<b>TOTAL .....</b>	<b>10.522,1</b>	<b>10.525,2</b>	<b>10.819,0</b>	<b>11.054,8</b>	<b>11.944,5</b>	<b>12.379,3</b>	<b>12.793,8</b>	<b>13.008,4</b>	<b>13.470,3</b>

Fonte: Banco Central do Brasil — Evolução de alguns itens monetários e financeiros — informação diária.

## INDICES

BASE: DEZ. 1966 = 100

Papel Moeda em Poder do Público	100	100	98	95	99	99	98	106	104
Moeda Escritural .....	100	100	104	108	118	123	128	129	135
Depósitos à vista no Banco do Brasil .....	100	100	107	107	120	126	125	129	132
Depósitos à vista nos Bancos Comerciais .....	100	100	103	108	117	122	129	129	136
<b>TOTAL .....</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>103</b>	<b>105</b>	<b>113</b>	<b>118</b>	<b>122</b>	<b>124</b>	<b>128</b>

Ha uma série de medidas do Banco Central igualmente benéficas. Está sendo aplicada a lei de institucionalização do crédito rural, votada no Governo Castello Branco. São dados significativos e positivos. Os bancos privados através de revoluções do Banco Central estão obrigados a aplicar 10% de seus depósitos em crédito rural.

Vem se processando igualmente uma nítida recuperação na atividade industrial aumentando de um modo geral os níveis de produção e de venda.

O consumo industrial de energia elétrica na área Rio-São Paulo, que é a de consumo absolutamente preponderante no País, excedeu de 2,5% ao correspondente a igual período do ano passado.

Sem reter detalhadamente ao surto de industrialização na área abrangida pela SUDENE, e na qual o número de projetos aprovados ou em execução já absorveu os recursos depositados para efeito de aplicação de acordo com os artigos 34-18, é oportuno, aqui, mencionar que somente no período de janeiro a 31 de julho, a Comissão de Desenvolvimento Industrial recebeu, encaminhou e aprovou 234 projetos de investimentos industriais, prevendo-se inversões, para a região centro-sul do país, no montante de 617 milhões de cruzeiros e 239 milhões de dólares. Entre aqueles projetos, podem ser destacados, pela sua importância e significação, os relativos à indústria química.

Assim a recessão verificada em alguns setores manufatureiros no 1º trimestre, foi sucedida por uma nítida recuperação nos 2º e 3º trimestres, fazendo prever uma sensível elevação da atividade industrial do país no período final.

Em relação a transportes também podemos citar informações das mais auspiciosas. O volume de carga transportada pela nossa marinha mercante aumentou de 63% no ano vigente em relação a 1966. Aumentou-se a participação da bandeira brasileira no tráfego marítimo internacional.

Pagávamos, convém aqui repetir, cerca de 400 milhões de dólares de serviço de fretes marítimos internacionais.

No ano ocorrente deverá reduzir-se a metade, com a recente participação do Lorde Brasileiro nas linhas de navegação internacional.

Neste momento, pode ser citada uma frase simples, porém, magistral, do Presidente Costa e Silva. Disse ele há pouco tempo, quando se firmou o novo Acordo com os países escandinavos: "Abriram-se os portos brasileiros à navegação marítima internacional, em 1808; abrem-se, agora, os portos internacionais à navegação brasileira, nesta data e no meu Governo".

Conhecemos a encomenda feita aos estaleiros nacionais para a construção de 24 navios de longo curso, com o investimento de NCR\$ 650.900.000,00.

Os estaleiros ficarão plenamente ocupados durante três anos, o mesmo acontecendo com as nossas siderurgias. Não houve ainda iniciativa de parte semelhante posta em prática neste país.

Ainda estão sendo construídos, simultaneamente, cinco navios graneleros de 18.110 toneladas e um de 15.000 toneladas. Está pronto o projeto.

O Porto de Recife, o primeiro que se apresenta à navegação brasileira, é, na verdade, um porto estrangulado. Posso dar, aqui, um rápido depoimento, à respeito. Havia um projeto aprovado em 1931 — na ocasião eu tinha a honra de ser Secretário de Viação e Obras Públicas de Pernambuco — Projeto esse de ampliação do porto para a chamada "Baía de Santo Amaro". Porém, veio algum tempo depois a Marinha de Guerra e ocupou aquela baía, para construir uma base naval. Inverteram-se as somas e mais somas. Há quatro ou cinco anos paralisaram-se as atividades de construção daquela base, porque está sendo construída uma outra em Aratu, na Bahia, mais bem indicada e de maiores proporções. Agora, com o deslocamento da sede do Governo Federal para Recife vai se realizar aquela antiga aspiração dos nordestinos. O Ministério da Marinha entregou aos Transportes a área portuária que ocupava e vai ser iniciados os trabalhos de ampliação do porto de maior significação para toda

a região na Baía de Santo Amaro. Vão ser construídos dois terminais para exportação de açúcar a granel, nos portos de Recife e de Maceió, assim como já está, com concorrência aberta a construção dos portos salineiros de Macaú e Areia Branca. Só nessas duas iniciativas estão previstos 40 bilhões de cruzeiros novos de investimentos. Todos sabemos as dificuldades que há no transporte do sal produzido naquela região, transporte esse que vale muitas vezes mais que o próprio produto.

Em relação ao Plano Rodoviário, vale assinalar que está programado para implantar 12.000 quilômetros de estradas de rodagem, de rodovias prioritárias, e pavimentar 8.000 quilômetros.

Esse plano a ser executado no triênio 1968-70, importa numa maior abertura, implantação e pavimentação de estradas, do que aquelas que foram implantadas ou pavimentadas nos últimos oito anos neste País.

Tenho aqui, Sr. Presidente, os elementos que dão a indicação dos recursos para execução desses programas, recursos esses que em parte constarão do orçamento através do Fundo Rodoviário Nacional suprido pelo Imposto Único sobre Combustíveis e de massim através de financiamentos externos. No primeiro quadro é fornecida a discriminação das fontes de recurso e no segundo a indicação dos financiamentos externos em negociações já existentes.

## PLANO QUADRIENAL DE OBRAS RODOVIARIAS DO GOVERNO FEDERAL — PERÍODO: 1968-1971

## Discriminação das Fontes de Investimento

FONTES	VALOR				
	1968	1969	1970	1971	Total
F.R.N. ....	402.120	61.950	535.880	588.580	1.988.530
Financiamento Externo .....	68.600	72.900	37.000	---	178.500
Contrap. Nacional .....	54.500	59.700	30.300	---	144.500
SUDAM .....	44.200	52.300	65.900	71.900	235.300
SUDENE .....	44.800	44.800	41.800	44.800	179.200
Ramais Fer. Antieconômicos .....	7.500	7.500	---	---	15.000
Créditos a obter .....	101.480	76.350	129.620	37.720	345.710
<b>Total .....</b>	<b>728.000</b>	<b>781.000</b>	<b>850.400</b>	<b>749.400</b>	<b>3.108.800</b>

  

USOS	VALOR				
	1968	1969	1970	1971	Total
Construção e Pavimentação .....	658.000	701.000	760.400	640.400	2.768.800
Restauração .....	70.000	80.000	90.000	100.000	340.000
<b>Total .....</b>	<b>728.000</b>	<b>781.000</b>	<b>850.400</b>	<b>749.400</b>	<b>3.108.800</b>

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Financiamento BID (solicitado) .....	US\$ 1.000
BR-101 Divisa BA-SE — Divisa AL-PE .....	12.100
BR-116 Salgueiro-Canudos .....	7.090
BR-232 Pesqueira-Salgueiro .....	12.160
BR-277 Paranaguá-Foz do Iguaçu .....	10.000
BR-364 Porto Velho-Rio Branco .....	14.500
<b>Total .....</b>	<b>55.850</b>
Financiamento BIRD (solicitado) .....	US\$ 106
BR-262 Betim-Uberaba .....	13,25
BR-331 Ipatinga-Gov. Valadares .....	6,7
PR-5 S. Mateus do Sul-União da Vitória .....	3,9
R-336 Canoas-Tabaí .....	3,575
RS-4 S. Sebastião do Cai-S. Vendelino .....	1,6
RS-26-RS-99 S. Vendelino-B. Gonçalves .....	3,25
BR-116 S. Leopoldo-N. Hamburgo .....	1,615
<b>Total .....</b>	<b>33,89</b>

## Financiamento existente

BR-116 Rio-S. Paulo .....	NCr\$ 74 milhões	1965/66/67
BR-227 Paranaguá-Foz do Iguaçu .....	US\$ 20 milhões	1966/67/68/69

No Setor ferroviário está prevista a conclusão em 1968 do tronco principal sul processando-se um grande trabalho de remodelação e reequipamento de todo o sistema de ferrovias.

O plano habitacional em pleno desenvolvimento é amplamente superior a soma de todos os programas de governo e execução na totalidade de demais países sul-americanos. Cerca de 160.000 habitações estão sendo construídas no ano em curso, prevendo-se o sistema financeiro comandado pelo Banco Nacional de Habitação financiar um milhão de habitações até 1970.

Cabe por fim destacar o programa governamental de Energia Elétrica, em plena, racional e eficiente execução com o objetivo assinalado de elevar o

potencial energético do Brasil até 1970 de oito milhões para doze milhões de quilowatts.

O plano aprovado e em execução compreende a ampliação e construção de trinta usinas geradoras com um dispendio médio anual de 1,7 bilhões de cruzeiros novos em cada um dos três anos de 1968-1969-1970.

Os recursos já assegurados para esse significativo programa, em execução no período 1937-1971, serão distribuídos na proporção de 80% provenientes de recursos internos e de 20% de recursos externos comprometidos.

O total dos investimentos já assegurados distribuiu-se na proporção de 71% de recursos internos, de 16,7% de recursos externos já comprometidos, faltando tão só assegurar a obtenção no período 1967-71 de 12% dos recursos.

Todo esse vasto programa sob a jurisdição do Ministério de Minas e Energia está em plena execução, através da orientação, supervisão e controle da ELETROBRAS, que, sendo uma empresa estatal, funciona em moldes absolutamente idênticos de uma sociedade anônima.

Dispensar-me de maiores referências a esse grandioso programa, indicando aos meus eminentes colegas a leitura de trabalho recentíssimo do Engenheiro Mário Bhering, Presidente da ELETROBRAS, sobre o Programa Nacional de Energia Elétrica, que foi objeto de uma notável conferência, proferida há poucos dias na Escola Nacional de Engenharia.

Poderia continuar citando numerosas outras iniciativas, visando a execução, pelo atual Governo, de vários problemas fundamentais, mas não

quero, na verdade, abusar da paciência dos meus eminentes colegas. (Não apoiado).

Desejo apenas deixar salientado o seguinte: está o Governo atual repugnando, com inflexível coragem, um rigoroso programa, uma salutar política econômica, orientada no sentido de reduzir o efeito inflacionário e acelerar o processo de desenvolvimento. Infelizmente, o que notamos, é que o orçamento brasileiro para com os "deficits" sucessivos, com a ineficiência e a nenhuma significação de suas decisões no processo de desenvolvimento, ser um instrumento capacitado tão somente a proporcionar um efeito negativo na execução desse programa corajoso, patriótico e obstinado que o Governo está executando.

É por isso que, registrando — embora de forma, posso dizer, pessoalmente tão severa — a minha opinião desvaliosa sobre a elaboração do Orçamento, consigno o notável esforço que o Governo vem realizando nos demais setores, mobilizando recursos governamentais, independente daqueles que o Orçamento deveria suprir, mas que não tem capacidade nem condições para suprir.

Sr. Presidente, o orçamento brasileiro não pode continuar, sendo uma grande mentira. O que é preciso agora e quanto antes, é que o Governo venha a integrar, na verdade, o Orçamento como sistema de coleta de recursos do povo brasileiro, dentro desse processo de desenvolvimento econômico e de combate à inflação que realmente o Governo está executando. (Muito bem. Muito bem. — Palma prolongada. O orador é cumprimentado).

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

## ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 69, DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o § único do art. 224, da Resolução nº 6, de 1960, resolve prorrogar, por trinta dias, o prazo para a conclusão do Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria nº 55, de 25 de agosto de 1967, atendendo às razões invocadas pelo Presidente da Comissão do referido Inquérito, constantes de seu Ofício nº 16-67.

Secretaria do Senado Federal, em 25 de outubro de 1967. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

## ATOS DO DIRETOR-GERAL

Republique-se por haver saído com incorreções: D. C. N. — 25.10.67.

PORTARIA Nº 133 DE 23 DE OUTUBRO DE 1967.

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Salomon Lustosa Elvas, Contínuo, PL-12, para prestar serviços no Contrôlo de Pontão.

Secretaria do Senado Federal, em 23 de outubro de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 134 DE 27 DE OUTUBRO DE 1967.

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve destituir José Cor-

reia, Tradutor, PL-5 e Crescília Aparecida Vallocci Innocente, Auxiliar de Secretaria, PL-11, da Diretoria da Biblioteca.

Secretaria do Senado Federal, em 27 de outubro de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 135 DE 27 DE OUTUBRO DE 1967.

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Crescília Aparecida Vallocci Innocente, Auxiliar de Secretaria, PL-11, para ter exercício no Serviço de Seleção de Pessoal e Assistência Social.

Secretaria do Senado Federal, em 27 de outubro de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 136 DE 30 DE OUTUBRO DE 1967.

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar para tomarem parte na Banca Examinadora do Concurso Público de Taquígrafo de Debates, como Secretário Antonio de Araújo Costa, Oficial Legislativo, PL-6 e, como Auxiliares Adolpho Perez, Taquígrafo-Revisor, PL-2, Edila Macedo Ribeiro, Taquígrafo de Debates, PL-3, Edson Theodoro dos Santos, Taquígrafo de Debates, PL-3 e Paulo Machado Alvim, Redator do Anais e Documentos Parlamentares, PL-2.

Secretaria do Senado Federal, em 30 de outubro de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.

## ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Mista incumbida do estudo e parecer do projeto de Lei nº 15, de 1967 (CN) que "Provê sobre a isenção do pagamento de taxas de melhoramentos dos portos e renovação da Marinha Mercante, dos equipamentos importados pelo Ministério da Educação e Cultura nas condições que especifica"

ATA DA REUNIAO DE INSTALACAO, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1967.

As dez horas do dia vinte e seis de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Victorino Freire, Eurico Rezende, Wilson Gonçalves, Atílio Fontana, Teotônio Vilela, Bezerra Nelo, Marcelo Alencar e os Srs. Deputados Padre Nobre, Cicero Dantas, Raimundo Parente, Romano Massignan e Altair Lima, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer do Projeto de Lei número 15 de 1967 (CN), que "prevê sobre a isenção do pagamento de taxas de melhoramentos dos Portos e Renovação da Marinha Mercante, dos equipamentos importados pelo Ministério da Educação e Cultura, nas condições que especifica."

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Senadores Leandro Maciel, Menezes Pimentel, Pedro Ludovico e Araújo Steinbruch e os Senhores Deputados Arnaldo Góes, Eurico Ribeiro, Fausto Gayoso, João Borges e Mata Machado.

De acordo com o que preceitua o artigo trinta e dois do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Atílio Fontana que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental, o Senhor Presidente anuncia que irá proceder à eleição do Presi-

dente e Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Atílio Fontana convida para funcionar como escrutinador o Senhor Deputado Romano Massignan.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Teotônio Vilela — 11 votos

Deputado Romano Massignan — 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Deputado Clóvis Pestana — 9 votos.

Senador Bezerra Nelo — 3 votos.

O Senhor Senador Atílio Fontana declara eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senador Teotônio Vilela e Deputado Clóvis Pestana, passando a presidência ao Presidente eleito.

Assumindo a presidência o Senhor Senador Teotônio Vilela agradece a confiança manifestada pelos membros da Comissão elegendo-o Presidente deste órgão.

A seguir o Deputado Clóvis Pestana lê as Normas Disciplinadoras dos trabalhos da Comissão que, submetidas à votação, são aprovadas por unanimidade e publicadas em anexo.

De acordo com as Normas acima referidas, o Senhor Vice-Presidente designa Relator da matéria o Deputado Padre Nobre, que agradece e promete empregar o melhor dos seus esforços para cumprir a missão que lhe foi confiada.

O Senhor Presidente, de acordo com o Senhor Relator determina que a próxima reunião, para apreciar o parecer, será realizada no dia quatorze de novembro, às dezesseis horas e trinta minutos, na sala da Comissão de Relações Exteriores.

Na conformidade com o artigo trinta e dois do Regimento Comum, o Senhor Presidente acolhe a indicação da Diretoria das Comissões e designa, para o exercício das funções de Secretaria da Comissão, o Oficial Legislativo Carmelita de Sousa.

Nada mais havendo que tratar, são encerrados os trabalhos da Comissão. E para constar, eu Carmelita de Sousa, Secretária, lavrei a presente ata

que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e membros da Comissão. — Victorino Freire — Eurico Rezende — Wilson Gonçalves — Atílio Fontana — Teotônio Vilela — Bezerra Nelo — Raimundo Parente — Marcelo Alencar — Padre Nobre — Cicero Dantas — Romano Massignan — Altair Lima — Clóvis Pestana.

ANEXO DA ATA DA 1ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO AS 10,30 HORAS

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão.

E o seguinte o Texto das Normas Disciplinadoras aprovadas pela Comissão:

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será da livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicado parlamentar da mesma legião partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei, fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previsto na letra "a" do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado à apresentação de emendas ao Projeto (letra "a" do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que excedam a despesa proposta pelo Presidente da República (letra "b" do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não-aceitação de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das emendas, improrrogavelmente. Só será admitido recurso subscrito por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º Não serão apreciadas pela Comissão as emendas que, a juízo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto, isto é, não se refiram a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apoio de pelo menos 6 (seis) de seus integrantes poderá apreciar a preliminar da respectiva impertinência.

Art. 6º Após a Comissão ter-se manifestado sobre os recursos, será aberto o prazo de 72 (setenta e duas) horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá incluir por substitutivo (letra "f", do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 7º A discussão será uma só sobre o parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão, Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for emenda, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 8º Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação, que não terá encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

a) emendas com parecer favorável;

b) emendas com subemendas; e

c) emendas com parecer contrário.

Parágrafo único. O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 9º As questões de ordem serão sucintamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão, exclusivamente.

§ 1º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 2º Os prazos para sustentar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

§ 3º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

Art. 10. Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de 10 (dez) minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encerrar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 11. Somente aos membros da Comissão será permitida a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos arts. 3º, 5º e 6º das Normas.

Art. 12. Ultrapassada a votação, o Relator redigirá o vencido, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acaso verificadas.

Art. 13. Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do projeto, delibere o Congresso Nacional.

Art. 14. A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (letra "k", do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 15. As emendas e o parecer serão distribuídos aos membros da Comissão, para prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do parecer.

Art. 16. Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original, de 3 (três) cópias.

Art. 17. Estas Normas serão observadas pela Comissão Mista, e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, em 26 de 1967

Vice-Presidente, Relator.

## AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 27 (vinte e sete), 30 (trinta), 31 (trinta e um), 3 (três) e 6 (seis) de novembro;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 1º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários das 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 6, às 19:00 horas;

4 — As emendas só serão recebíveis quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constantes do parágrafo único do artigo 3º das normas, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los e

7 — A apresentação do parecer do Relator perante a Comissão dar-se-á no dia 14 (quatorze) de novembro às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

Congresso Nacional, em 26 de outubro de 1967. — Senador Teotônio Vilela, Presidente.

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Teotônio Vi-  
lela — Vice-Presidente: Deputado  
Clóvis Pestana — Relator: Deputado  
Padro Nobre.

## ARENA

## Senadores

1. Victorino Freire
2. Eurico Rezende
3. Leandro Maciel
4. Wilson Gonçalves
5. Menezes Pimentel
6. Atílio Fontana
7. Teotônio Vilela

## Deputados

1. Arnaldo Garcez
2. Cicero Dantas
3. Clóvis Pestana
4. Eurico Ribeiro
5. Raimundo Parente
6. Fausto Gayoso
7. Romano Massignan

## MDB

## Senadores

1. Bezerra Neto
2. Pedro Ludovico
3. Aarão Steinbruch
4. Marcelo Alencar

## Deputados

1. Padre Nobre
2. João Borges
3. Altair Lima
4. Mata Machado

## CALENDÁRIO

Dia 25.10 — E' lido o projeto, em  
Sessão Conjunta;

Dia 26.10 — Instalação da Comis-  
são, escolha do Presidente, Vice-  
Presidente e designação do Relator.

Dias 27, 30, 31.10; e 6.11 — Apre-  
sentação de emendas, perante a Co-  
missão;

Dia 14.11 — Reunião da Comissão  
para apreciação do parecer do Relator,  
às 16:30 horas, na Sala de reuni-  
ões da Comissão de Relações Ex-  
teriores;

Dia 17.11 — Apresentação do pa-  
recer, pela Comissão;

Dia 18.11 — Publicação do pa-  
recer; e

Dia 23.11 — Discussão do projeto,  
em Sessão Conjunta, às 10:00 horas.

**Comissão Mista para estudo e  
parecer do Projeto de Lei  
nº 16, de 1967 (C.N.) que  
Autoriza a Instituição da  
"Fundação Nacional do Índio"  
e dá outras providên-  
cias.**

**ATA DA 1ª REUNIAO, DE INSTA-  
LAÇÃO, REALIZADA NO DIA 26  
DE OUTUBRO DE 1967**

As dezoito horas do dia vinte e  
seis de outubro de mil novecentos e  
sessenta e sete, na sala de reuniões  
das Comissões do Senado Federal,  
presentes os Senhores Senadores Fer-  
nando Corrêa, Clodomir Millet, Car-  
los Lindenberg, Raul Guiberti, Vas-  
concelos Torres, José Guimard, Adalberto Sena e Ruy Carneiro e os  
Senhores Deputados Maia Netto;  
Miguel Couto; José Lindoso e Aldo  
Fagundes, reúne-se a Comissão Mis-  
ta incumbida de estudo e Parecer  
ao Projeto de Lei nº 16, de 1967  
(C.N.), que autoriza a instituição da  
"Fundação Nacional do Índio" e dá  
outras providências.

Deixam de comparecer, por moti-  
vo justificado, os Senhores Senadores  
Aloysio de Carvalho, Aurélio Vianna  
e Josaphat Marinho e os Senhores  
Deputados Luiz Braga, Jonas Carlos,  
Alberto Hoffmann, Hanequim Dan-  
tas, Hélio Gueiros, José Burnett e  
José Freire.

Em obediência ao preceito regimen-  
tal, assume a Presidência o Senhor  
Senador Carlos Lindenberg que, de-  
clarando instalada a Comissão Mis-  
ta, determina sejam procedidas as

eleições para os cargos de Presidente  
e Vice-Presidente, respectivamente,  
através escrutínio secreto, por cédulas  
uninominais, previsto no art. 32 do  
Regimento Comum e convida para  
Escrutinador o Senhor Deputado  
Maia Netto.

Encerrado o pleito, apura-se o se-  
guinte resultado:

Para Presidente:

Senador Adalberto Sena — 11 vo-  
tos;

Senador Aurélio Vianna — 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Deputado Alberto Hoffman — 11  
votos;

Deputado Hanequim Dantas — 1  
voto.

O Senhor Senador Carlos Lindenberg proclama eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão os Senhores Senador Adalberto Hoffman e passa a direção dos trabalhos ao Sr. Presidente eleito. Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Adalberto Sena agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e passa a ler o Calendário estipulado para o Órgão, bem como as normas disciplinadoras dos seus trabalhos, que são aprovadas por unanimidade e serão publicadas como anexo da presente Ata no Diário do Congresso Nacional, Seções I e II.

Em seguida, o Sr. Presidente designa para as funções de Relator o Senhor Senador Vasconcelos Torres.

Concluindo, o Sr. Presidente acolhe a indicação do Auxiliar Legislativo, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Mário Nelson Duarte, para Secretário da Comissão.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e mais componentes da Comissão presentes. — Adalberto Sena. — Fernando Corrêa. — Clodomir Millet. — Carlos Lindenberg. — Raul Guiberti. — Vasconcelos Torres. — José Guimard. — Adalberto Sena. — Ruy Carneiro. — Maia Netto. — Miguel Couto. — José Lindoso. — Aldo Fagundes.

**ANEXO DA ATA DA 1ª REUNIAO, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1967.**

Publicação devidamente autorizada pelo Sr. Presidente.

E' o seguinte o texto das normas disciplinadoras dos trabalhos aprovados:

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será da livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicado parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei, fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previsto na letra "a" do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado à apresentação de emendas ao Projeto (letra a, do art. 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra "b", do art. 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não aceitação de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do

prazo fixado para o recebimento das emendas, improrrogavelmente. Só será admitido recurso subscrito por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º Não serão apreciadas pela Comissão as emendas que, a juízo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto, isto é, não se refiram a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apoio de, pelo menos, 6 (seis) de seus integrantes, poderá apreciar a preliminar da respectiva impertinência.

Art. 6º Após a Comissão ter-se manifestado sobre os recursos, será aberto o prazo de 72 (setenta e duas) horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra "f", do art. 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 7º A discussão será uma só sobre o parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão, Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em que discussão for emenda, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 8º Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação, que não terá encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

a) emendas com parecer favorável;

b) emendas com subemendas; e,

c) emendas com parecer contrário.

Parágrafo único O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 9º As questões de ordem serão sucintamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão, exclusivamente.

§ 1º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 2º Os prazos para suscitar contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

§ 3º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

Art. 10. Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de 10 (dez) minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 11 Somente aos membros da Comissão será permitida a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos artigos 3º, 5º e 6º destas Normas.

Art. 12. Ultimada a votação, o Relator redigirá o vencido, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acaso verificadas.

Art. 13. Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do projeto, delibere o Congresso Nacional.

Art. 14 — A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (letra "k", do artigo 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 15 As emendas e o parecer serão distribuídos aos membros da Comissão, para prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do parecer.

Art. 16. Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer

acompanhar, além do original, de 3 (três) cópias.

Art. 17 Estas Normas serão observadas pela Comissão Mista, e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1967. — Adalberto Sena, Presidente. — Vasconcelos Torres, Relator.

## AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 27 (vinte e sete) 30 (trinta) e 31 (trinta e um) de outubro e 3 (três) e 6 (seis) de novembro;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários das 8,00 (oito) às 19,00 (dezenove) horas, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas casas do Congresso Nacional;

3 — Término do Prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 6 às 19,00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constante do parágrafo único do artigo 3º das normas, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, Plantão Ininterrupto para recebê-los; e

7 — A Apresentação do parecer do Relator perante a comissão dar-se-á no dia 16 (dezesesseis) de novembro às 16,30 horas, na sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 26 de outubro de 1967. — Senador Adalberto Sena, Presidente.

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Adalberto Sena, Vice-Presidente:...

Vice-Presidente Deputado Alberto Hoffman;

Relator: Senador Vasconcelos Torres.

## ARENA

## Senadores:

1. Aloysio de Carvalho;
2. Fernando Corrêa;
3. Clodomir Millet;
4. Carlos Lindenberg;
5. Raul Guiberti;
6. Vasconcelos Torres;
7. José Guimard.

## Senadores

## Deputados:

1. Maia Neto;
2. Luiz Braga;
3. Miguel Couto;
4. Jonas Carlos;
5. João Lindoso;
6. Henriquem Dantas;

## MDB

## Senadores:

1. Aurélio Vianna;
2. Josaphat Marinho;
3. Adalberto Sena;
4. Ruy Carneiro.

## Deputados:

1. Aldo Fagundes;
2. Hélio Gueiros;
3. José Burnett;
4. José Freire.

## CALENDÁRIO

Dia 25-10 — E' lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 26-10 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente designação do Relator;

Dias 27, 30 e 31-10; 3 e 6-11 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 16-11 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16,30 horas, na Sala de reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;



Dia 17-11 — Apresentação do parecer, pela Comissão;  
Dia 18-11 — Publicação do parecer;  
Dia 23-11 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21,30 horas. Secretário: Mário Nelson Duarte.

**Comissão Mista incumbida do estudo e parecer do Projeto de Lei nº 17, de 1967 (CN) que "Dispõe sobre os orçamentos Plurianuais de Investimentos, e dá outras providências"**

**ATA DA COMISSÃO MISTA PRIMEIRA REUNIAO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1967.**

As dezesseis horas do dia vinte e seis de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Ney Braga, Carvalho Pinto, Wilson Gonçalves, Eurico Rezende, Paulo Torres, Paulo Sarasate, e Lino de Mattos e os Senhores Deputados Rafael de Magalhães, Paulo Maciel, Machado Rollemberg, Paulo Macarini, Tancredo Neves e Chaves Amarante, reunem-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida do estudo e parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 17, de 1967 (CN), que "dispõe sobre os Orçamentos Plurianuais de Investimentos, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Milton Campos, Antônio Balbino, Josaphat Marinho e Aurélio Vianna e os Senhores Deputados Cunha Bueno, Virgílio Távora, Daniel Faraco, Israel Pinheiro Filho e Jairo Brum. De acordo com o que preceitua o artigo trinta e dois do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Paulo Torres, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental, o Senhor Presidente anuncia que irá proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Paulo Torres convida o Senhor Deputado Tancredo Neves para como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Lino de Mattos ... 12 votos  
Deputado Paulo Maciel ... 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Wilson Gonçalves 10 votos  
Dep. Machado Rollemberg ... 3 votos  
O Senhor Senador Paulo Torres declara eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Lino de Mattos e Wilson Gonçalves.

Assumindo a presidência o Senhor Senador Lino de Mattos agradece a confiança manifestada pelos membros da Comissão e designa Relator da matéria o Senhor Deputado Rafael de Magalhães.

A seguir o Senhor Presidente lê as Normas Disciplinadoras dos Trabalhos da Comissão que, submetidas à votação são aprovadas por unanimidade e serão publicadas em anexo.

O Senhor Presidente, de acordo com o Senhor Relator, determina que a próxima reunião, para apreciação do parecer do Senhor Deputado Rafael de Magalhães, será realizada no dia quatorze de novembro, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões das Comissões do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Secretário, a presente ata que uma vez lida e aprovada será assinada pelo

Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

**ANEXO DA ATA DA 1ª REUNIAO, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1967, AS 16,00**

*Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão.*

**É O SEGUINTE O TEXTO DAS NORMAS DISCIPLINADORAS DOS TRABALHOS DA COMISSÃO**

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único A designação do Relator será da livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicado parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei, fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previsto na letra "a" do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado à apresentação de emendas ao Projeto (letra "a" do art. 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra "b" do art. 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não aceitação de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das emendas, improrrogavelmente. Só será admitido recurso suscitado por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º Não serão apreciadas pela Comissão as emendas que, a juízo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto, isto é, não se refiram a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apolamento de, pelo menos, 6 (seis) de seus integrantes, poderá aprelear a preliminar da respectiva impertinência.

Art. 6º Após a Comissão ter-se manifestado sobre os recursos, será aberto o prazo de 72 (setenta e duas) horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra "f", do art. 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 7º A discussão será uma só sobre o parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão, Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for emenda, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 8º Encerrada a discussão proceder-se-á à votação, que não terá encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com subemendas; e
- c) emendas com parecer contrário.

Parágrafo único. O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 9º As questões de ordem serão sucintamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão, exclusivamente.

§ 1º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 2º Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

§ 3º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

Art. 10 Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de 10 (dez) minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 11 Somente aos membros da Comissão será permitida a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos artigos 3º, 5º e 6º destas Normas.

Art. 12 Ultimada a votação, o Relator redigirá o vencido, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acaso verificadas.

Art. 13 Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do projeto, delibere o Congresso Nacional.

Art. 14 A Comissão incumbirá a ela, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a elaboração da redação final do Projeto, a contar da aprovação pelo Plenário (letra "k", do artigo 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 15 As emendas e o parecer serão distribuídos aos membros da Comissão, para prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do parecer.

Art. 16 Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original de 3 (três) cópias.

Art. 17 Estas Normas serão observadas pela Comissão Mista, e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1967. — Senador Lino de Mattos, Presidente. — Senador Wilson Gonçalves, Vice-Presidente. — Deputado Rafael Magalhães, Relator.

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Mattos;

Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves;

Relator: Deputado Rafael Magalhães.

#### ARENA

Senadores:

1. Ney Braga
2. Carvalho Pinto
3. Wilson Gonçalves
4. Eurico Rezende
5. Paulo Torres
6. Milton Campos
7. Paulo Sarasate

Deputados:

1. Rafael Magalhães
2. Cunha Bueno
3. Virgílio Távora
4. Daniel Faraco
5. Paulo Maciel
6. Israel Pinheiro Filho
7. Machado Rollemberg

#### M D B

Senador:

1. Lino de Mattos
2. Antônio Balbino
3. Josaphat Marinho
4. Aurélio Vianna

Deputado:

1. Paulo Macarini
2. Tancredo Neves
3. Jairo Brum
4. Chaves Amarante

#### CALENDARIO

Dia 26-10 — É lido o projeto, em sessão conjunta;

Dia 26-10 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dia 30, e 31-10 e 3. 6 e 7-11 — Apresentação de emendas perante a Comissão;

Dia 14-11 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16 horas, na sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Dia 21-11 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 22-11 — Publicação do parecer;

Dia 28-11 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21,30 horas; Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior.

#### AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 30-10; 31-10; 3, 6 e 7 de novembro;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários das 8,00 (oito) às 19,00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das salas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 7-11 às 24,00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constante do parágrafo único do art. 3º das normas, para recebimento de recursos.

6 — Durante o decorrer do citado período, haver, na Secretaria da Comissão, Plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do Relator perante a Comissão dar-se-á no dia 14-11 (quatorze) de novembro às 16,00, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

Congresso Nacional, em 26 de outubro de 1967. — Presidente: Senador Lino de Mattos.

**Comissão Mista instituída para apreciar o Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1967, que "Dá nova redação aos artigos 76 e 77 da Constituição Federal"**

#### TERMO DE REUNIAO

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às dezesseis horas, os Senhores Senadores Bezerra Neto, Lino de Mattos, Carlos Lindenberg, Paulo Sarasate, Wilson Gonçalves, Eurico Rezende, Antônio Carlos e Aloysio de Carvalho, e os Senhores Deputados Martins Rodrigues e José Saly, membros da Comissão Mista instituída para apreciar o Projeto de Emenda à Constituição, número 4, de 1967, comparecem à Sala das Comissões do Senado Federal para dar cumprimento ao disposto no artigo 2º da Resolução número 1, de 1964, do Congresso Nacional, na conformidade do estabelecido pelo artigo 5º da Resolução número 1, de 1967.

A Comissão deixar de instalar-se por não ter sido alcançado o "quorum" regimental.

Para constar, eu, Claudio I. Carneiro Leal Neto, Oficial Legislativo, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, designado para secretariar a reunião, lavrei o presente termo.

#### TERMO DE REUNIAO

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às vinte e duas horas e quinze minutos, os Senhores Congress

sistas Martins Rodrigues, Paulo Maciel, Mons. Arruda Câmara, Antônio Carlos, Aloysio de Carvalho, Eurico Rezende, Wilson Gonçalves, Bezerra Neto, Arthur Virgílio e Paulo Sarate comparecem à Sala das Comissões do Senado Federal para dar cumprimento ao disposto no artigo 2º da Resolução número 1, de 1964, do Congresso Nacional, na conformidade do estabelecido pelo artigo 5º da Resolução número 1, de 1967.

Ainda nessa segunda tentativa a Comissão deixar de realizar sua reunião de instalação, por não ter sido alcançado o "quorum" regimental.

Para constar, eu Cláudio I. Carneiro Leal Neto, Oficial Legislativo, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, designado Secretário "ad hoc", lavrei o presente termo.

### Comissão Mista para estudo do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1967, que "Dá nova redação e acrescenta dois parágrafos ao artigo 176 da Constituição Federal (Eleição de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores)

#### 1ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 1967

As 11 horas do dia 26 de outubro de 1967, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Eurico Rezende, José Guimard, Raul Giuberti, Milton Trindade, Filinto Müller, Mello Braga, Guido Mondin, Josaphat Marinho, Arthur Virgílio, Rui Carneiro e os Deputados Adhemar Ghizzi, Ney Ferreira e Alceu de Carvalho, reúne-se a Comissão Mista para estudo do Projeto de Emenda à Constituição número 1, de 1967 (C.N.) que "Dá nova redação e acrescenta dois parágrafos ao artigo 176 da Constituição Federal (Eleição de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores)".

Deixam de comparecer os Senhores Senador Aurélio Vianna e Deputado Rafael Magalhães, Israel Pinheiro Filho, Gilberto Azevedo, Antônio Feliciano, Alberto Costa, Edvaldo Flores, Petronílio Figueiredo e Mariano Beck.

De acordo com o artigo 32 do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Filinto Müller, que declara instalados os trabalhos, anunciando que, a fim de cumprir dispositivo regimental, irá proceder, por escrutínio secreto, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, designando para escrutinador o Senador Mello Braga.

Distribuídas as cédulas uninominais e colocadas na urna apropriada, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Mariano Beck — 13 votos

Para Vice-Presidente:

Deputado Antônio Feliciano — 13 votos

O Senhor Senador Filinto Müller comunica que, devida a ausência justificada do Presidente e Vice-Presidente eleitos, vai prosseguir com os trabalhos da Comissão e informa ainda que, de acordo com os seus pares, designa para Relator da matéria o Senador Eurico Rezende, que agradece a confiança manifestada e promete empregar o melhor dos seus esforços para cumprir a missão que lhe foi confiada.

Continuando, o Senador Filinto Müller lê as Normas Disciplinadoras dos trabalhos da Comissão, que, submetidas à votação, são aprovadas por unanimidade, e, de acordo com o Relator, determina que a próxima reunião da Comissão, para apreciar o parecer, será no dia 3 de novembro, às 15 ho-

ras, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-5, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada é assinada pelo Senhor Presidente em exercício, e demais membros presentes a reunião. — Filinto Müller. — Eurico Rezende. — José Guimard. — Raul Giuberti. — Milton Trindade. — Mello Braga. — Guido Mondin. — Josaphat Marinho. — Arthur Virgílio. — Rui Carneiro. — Adhemar Ghizzi. — Ney Ferreira. — Alceu de Carvalho.

### 2º O SEQUINTE O TEXTO DAS NORMAS DISCIPLINADORAS DOS TRABALHOS DA COMISSÃO.

Publicação devidamente autorizada pelo Sr. Presidente

Art. 1º Instalada a comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será de livre iniciativa do Presidente eleito.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, dia e hora para apresentação das emendas ao Projeto de Emenda Constitucional, fixando-se desde logo, o termo final do prazo de 3 (três) dias previstos no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 1964 (C.N.).

§ 1º As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

§ 2º O Presidente publicará edital no Diário do Congresso Nacional, nas duas seções, do Senado e da Câmara, e divulgará no rádio e nos jornais as determinações contidas neste artigo.

Art. 3º No termo fixado para o recebimento de emendas ao Projeto de Emenda Constitucional, o Presidente poderá rejeitá-las liminarmente, desde que não sejam subscritas por 1/4 dos membros do Senado e da Câmara, separadamente, no mínimo, não tenham pertinência ou compatibilidade com o texto do projeto ou infringjam o artigo 5º, § 1º da Constituição.

§ 1º Da decisão do Presidente caberá recurso para a Comissão, nas 24 horas subsequentes ao termo final do prazo fixado, para o recebimento das emendas, improrrogavelmente, só será admitido recurso subscrito por 6 (seis) membros da Comissão no mínimo.

§ 2º A Comissão decidirá por maioria simples, em reunião que se realizará por convocação do Presidente, imediatamente após o decurso do prazo fixado para interposição de recurso.

Art. 4º Na discussão e votação do projeto e das emendas só poderão fazer uso da palavra os membros da Comissão e os autores das proposições subsidiárias os Líderes de Partidos e Bloco Parlamentar a-s-m considerado o primeiro signatário de emenda.

§ 1º Na discussão do projeto e emendas o prazo será de 10 minutos para cada orador.

§ 2º Ao relator é assegurado o dobro dos prazos previstos neste artigo.

§ 3º Encerrada a discussão, processar-se-á a votação, com encaminhamento assegurado aos membros da Comissão, durante 10 (dez) minutos.

§ 4º O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 5º As emendas que versam o mesmo assunto, serão votadas em dois grupos: a) com parecer favorável; b) com parecer contrário, reservados os destaques.

Art. 6º Só serão admitidos destaques para votação em separado mediante requerimento apresentado, antes de encerrada a discussão pelo autor da subemenda ou 6 (seis) membros da Comissão no mínimo.

Parágrafo único. Considerar-se-á desistência de pedido de destaque a ausência do requerente na ocasião da votação. No caso, porém, de haver mais de um requerente do mesmo, a votação terá lugar se um deles estiver presente.

Art. 7º As questões de ordem serão sucinamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão exclusivamente.

§ 1º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

§ 2º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 3º Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

Art. 8º O Relator apresentará o parecer sobre o projeto e emendas no prazo de 3 (três) dias, a partir do encerramento do prazo para o recebimento das emendas ao projeto, em reunião previamente convocada pelo Presidente.

Art. 9º O parecer do Relator será submetido à discussão e votação, com o projeto e emendas em globo, na forma prevista nos arts. 4º, 5º e 6º.

Art. 10. O parecer da Comissão será conclusivamente aprovado, no prazo de 8 (oito) dias, a contar da data de sua instalação.

Art. 11. Não serão admitidos requerimentos de adiamento de discussão e votação.

Art. 12. Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos, até que a respeito do projeto da Emenda Constitucional deliberar o plenário do Congresso Nacional (Resolução nº 1-64, arts. 3º, 4º e 5º).

Art. 13. A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto de Emenda Constitucional (letra k do art. 8º, da Resolução nº 1-64) por ventura adotada pelo Congresso Nacional no prazo de 24 horas a contar da aprovação pelo plenário.

Art. 14. Estas normas serão observadas pela Comissão Mista e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1967. — Deputado Mariano Beck, Presidente. — Deputado Antônio Feliciano, Relator.

#### AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 27 (vinte e sete), 30 (trinta), 31 (trinta e um) de outubro;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do anexo do Senado Federal, nos horários das 8,00 (oito) às 19,00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 31 às 19,00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vir acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constante do § 1º do artigo 3º das Normas, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do relator perante a Comissão dar-se-á no dia 3 (três) de novembro às 15,00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 26 de outubro de 1967. — Senador Filinto Müller, Presidente Eventual.

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Mariano Beck  
Vice-Presidente: Deputado Antônio Feliciano.

Relator: Senador Eurico Rezende

#### ARENA

Senadores:

1. Eurico Rezende
2. José Guimard
3. Raul Giuberti
4. Milton Trindade
5. Filinto Müller
6. Mello Braga
7. Guido Mondin

Deputados:

1. Rafael Magalhães
2. Israel Pinheiro Filho
3. Gilberto Azevedo
4. Antônio Feliciano
5. Alberto Costa
6. Adhemar Ghizzi
7. Edvaldo Flores

#### MDB

Senadores:

1. Josaphat Marinho
2. Aurélio Vianna
3. Arthur Virgílio
4. Rui Carneiro

Deputados:

1. Petronílio Figueiredo
2. Alceu de Carvalho
3. Ney Ferreira
4. Mariano Beck

#### CALENDÁRIO

Dia 25.10 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 26.10 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 27, 30 e 31.10 — Apresentação de subemenda ou emendas substitutivas perante a Comissão, devendo ser assinadas por 1/4 (um quarto) no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, contados separadamente;

Dia 3.11 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator. As 15,00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 3.11 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 4.11 — Publicação do parecer, em Sessão Conjunta.

Secretário: Maria Helena Bueno Brandão.

Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida do estudo do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1967, que "Dá nova redação aos artigos 100 e 101 da Constituição Federal (Aposentadoria dos Funcionários Públicos)"

#### INSTALAÇÃO

As onze horas do dia vinte e seis de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Antônio Carlos, Ney Braga, Atílio Fontana, Duarte Filho, Victorino Freire, Adão Steinbruch, Bezerra Neto e Marcelo do Alencar e os Senhores Deputados Grimaldi Ribeiro, Agostinho Rodrigues, Parente Frota, Lana Freire, Cândido Sampaio, Figueiredo Correa, Amaral Peixoto e Orestino Filho, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Emenda à Constituição número 2, de 1967 — Dá nova redação aos artigos 100 e 101 da Constituição Federal (Aposentadoria dos funcionários públicos).

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Filinto Müller, Menezes Pimentel e Aurélio Vianna e os Senhores

Deputados Lopo Coelho, Lencir Vargas e Unirio Machado.

De acordo com o artigo Trinta e Dois do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Deputado Luna Freire, que declara instalados os trabalhos, anunciando que, a fim de proceder, por escrutínio secreto, a cumprir dispositivos regimental, irá eleger o Presidente e o Vice-Presidente, designados para escrutinadores os Senhores Senadores Bezerra Neto e Atílio Fontana.

Distribuídas as cédulas uninominais e colocadas na urna apropriada, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Lopo Coelho .....	14
Deputado Luna Freire .....	1
Senador Ney Braga .....	1

Para Vice-Presidente

Deputado Cantídio Sampaio ...	14
Senador Marcelo de Alencar ..	1
Abstenção .....	1

O Senhor Deputado Luna Freire declara eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Deputados Lopo Coelho e Cantídio Sampaio, passando a presidência ao Vice-Presidente eleitos, tendo em vista achar-se ausente, por motivo justificado, o Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Cantídio Sampaio agradece em seu nome e no do Deputado Lopo Coelho, a confiança manifestada pelos membros da Comissão, passando a ler o Calendário estabelecido para a Comissão, bem como as Normas Disciplinadoras dos seus trabalhos e submete sua aprovação aos demais pares, que as aprovam unanimemente.

O Senhor Presidente designa o Sr. Senador Aarão Steinbruch para Relator da matéria, informando ainda, que, de acordo com Sua Excelência fixou uma reunião para o dia 3 de novembro próximo, para apresentação de seu parecer perante a Comissão. Determina que as Normas aprovadas pela Comissão, sejam publicadas em anexo a presente ata.

Nada mais havendo a tratar, são encerrados os trabalhos da reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Auxiliar Legislativo PL-9, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez lida e aprovada é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes à reunião.

Em 26 de outubro de 1967 — Deputado Cantídio, Vice-Presidente no exercício da presidência; Senador Aarão Steinbruch; Relator, Sen. Antônio Carlos; Senador Ney Braga; Sen. Atílio Fontana; Senador Duarte Filho; Senador Victorino Freire; Senador Victorino Freire; Senador Bezerra Neto; Senador Marcelo de Alencar; Deputado Grimaldi Ribeiro; Deputado Parente Frota; Deputado Figueiredo Corrêa; Deputado Amaral Peixoto e Deputado Celestino Filho.

ANEXO DA ATA DA PRIMEIRA REUNIAO — INSTALACAO REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 1967

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão Integrã do texto das normas disciplinadoras aprovadas

NORMAS DISCIPLINADORAS DOS TRABALHOS DA COMISSAO

Art. 1º Instalada a comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será de livre iniciativa do Presidente eleito.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, dia e hora para apresentação das emendas ao Projeto de Emenda Constitucional, ficando-se desde logo, o termo final do

prazo de 3 (três) dias previstos no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

§ 1º As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

§ 2º O Presidente publicará edital no Diário do Congresso Nacional, nas duas seções, do Sen. e da Câmara, e divulgará no rádio e nos jornais as determinações contidas neste artigo.

Art. 3º No prazo fixado para o recebimento de emendas ao Projeto de Emenda Constitucional, o Presidente poderá rejeitá-las liminarmente, desde que não sejam subscritas por 1/3 dos membros do Senado e da Câmara, separadamente, no mínimo, não tenham pertinência ou compatibilidade com o texto do projeto ou infringam o artigo 5º, § 1º da Constituição.

§ 1º Da decisão do Presidente caberá recurso para a Comissão, mas 24 horas subsequentes ao termo final do prazo fixado, para o recebimento das emendas, improrrogavelmente, só será admitido recurso subscrito por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

§ 2º A Comissão decidirá por maioria simples, em reunião que se realizará por convocação do Presidente, imediatamente após o decurso do prazo fixado para interposição de recurso.

Art. 4º Na discussão e votação do projeto e das emendas só poderão fazer uso da palavra os membros da Comissão e, os autores das proposições subsidiárias, os Líderes de Partidos e Bloco Parlamentar, assim considerado o primeiro signatário da emenda.

§ 1º Na discussão dos projetos e emendas o prazo será de 10 minutos para cada orador.

§ 2º Ao relator é assegurado o dobro dos prazos previstos neste artigo.

§ 3º Encerrada a discussão, processar-se-á a votação, com encaminhamento assegurado aos membros da Comissão, durante 10 (dez) minutos.

§ 4º O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 5º As emendas que versem o mesmo assunto, serão votadas em dois grupos: a) com parecer favorável; b) com parecer contrário, reservados os destaques.

Art. 6º Só serão admitidos destaques para votação em separado mediante requerimento apresentado, antes de encerrada a discussão pelo autor da subemenda ou 6 (seis) membros da Comissão no mínimo.

Parágrafo único. Considerar-se-á desistência de pedido de destaque a ausência do requerente na ocasião da votação. No caso, porém, de haver mais de um requerente do mesmo, a votação terá lugar se um deles estiver presente.

Art. 7º As questões de ordem serão suscitadamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão exclusivamente.

§ 1º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

§ 2º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 3º Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

Art. 8º O Relator apresentará o parecer sobre o projeto e emendas no prazo de 3 (três) dias, a partir do encerramento do prazo para o recebimento das emendas ao projeto, em reunião previamente convocada pelo Presidente.

Art. 9º O parecer do Relator será submetido à discussão e votação, com o projeto e emendas, em globo, na forma prevista nos artigos 4º, 5º e 6º.

Art. 10. O parecer da Comissão será conclusivamente aprovado, no

prazo de 8 (oito) dias a contar da data de sua instalação.

Art. 11. Não serão admitidos requerimentos de adiamento de discussão e votação.

Art. 12. Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos, até que respeito do projeto da Emenda Constitucional delibera o plenário do Congresso Nacional (Resolução nº 1-64, artigos 3º, 4º e 5º).

Art. 13. A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto de Emenda Constitucional (letra K, do artigo 8º, da Resolução número 1-64), por ventura adotada pelo Congresso Nacional, no prazo de 24 horas a contar da aprovação pelo plenário.

Art. 14. Estas normas serão observadas pela Comissão Mista e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Interno.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1967. — Deputado Cantídio Sampaio, Presidente em exercício. — Senador Aarão Steinbruch, Relator.

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Lopo Coelho  
Vice-Presidente: Deputado Cantídio Sampaio.

Relator: Senador Aarão Steinbruch

#### ARENA

Senadores:

1. Antonio Carlos.
2. Ney Braga
3. Atílio Fontana
4. Duarte Filho
5. Victorino Freire
6. Filinto Muller
7. Menezes Pimentel

Deputados:

1. Lopo Coelho
2. Grimaldi Ribeiro
3. Agostinho Rodrigues
4. Lenoir Vargas
5. Parente Horta
6. Luna Freire
7. Cantídio Sampaio

#### MDB

Senadores:

1. Aarão Steinbruch
2. Bezerra Neto
3. Marcelo Alencar
4. Aurélio Viana

Deputados:

1. Unirio Machado
2. Figueiredo Corrêa
3. Amaral Peixoto
4. Celestino Filho

#### CALENDARIO

Dia 25.10 — E' lido o projeto, em Sessão Conjunta.

Dia 26.10 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator.

Dias 27, 30 e 31.10 — Apresentação de subemendas ou emendas substitutivas, perante a Comissão, devendo ser assinadas por 1/4 (um quarto) dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, contados separadamente.

Dia 3.11 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 9.30 horas, na Sala de reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Dia 3.11 — Apresentação do parecer pela Comissão.

Dia 4.11 — Publicação do parecer; e

Dia 6.11 — Primeira discussão da emenda.

#### AVISO

1 — A Comissão receberá subemenda ou emendas substitutivas nos dias 27 (vinte e sete), 30 (trinta) e 31 (trinta e um) de outubro.

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do anexo do Senado Federal, nos horários das 8.00 (oito) às 19.00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional.

3 — Término do prazo para apresentação de subemendas ou emendas substitutivas na Comissão: dia 31, às 19.00 horas.

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias.

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constantes do parágrafo 1º do artigo 3º das Normas, para recebimento de recursos.

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do relator perante a Comissão dar-se-á no dia 3 (três) de novembro às 9.30 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 26 de outubro de 1967. — Deputado Cantídio Sampaio, Presidente, no exercício da Presidência.

Comissão Mista para estudo e parecer ao Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1967, que "Suspende a vigência do artigo 28, inciso I, da Constituição, até 1º de janeiro de 1968. São restabelecidos o artigo 15, inciso III, § 2º da Constituição de 18 de setembro de 1946 até 1º de janeiro de 1968.

ATA DA 1ª REUNIAO, DE INSTALACAO, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 1967.

As dezessete horas do dia vinte e seis de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Petrólio Portela, Guido Mondim, Carlos Lindenberg, Fernando Correa, Flávio Brito, José Ermirio e Lino de Mattos e os Senhores Deputados José Lindoso, Nunes Leal, Medeiros Neto, Rachid Mamed, Feu Rosa e Tancredo Neves, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e Parecer ao Projeto de Emenda à Constituição número 3, de 1967, que suspende a vigência do artigo 28, inciso I, da Constituição, até 1º de janeiro de 1968. São restabelecidos o artigo 15, inciso III, parágrafo 2º da Constituição de 18 de setembro de 1946 até 1º de janeiro de 1968.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Celso Ramos, Josaphat Marinho e Antônio Balbino e os Senhores Deputados Raymundo Diniz, Sussumo Hirata, Doin Vieira, Cid Carvalho e Adhemar Filho.

Nos termos do disposto no art. 2º Regimento Comum, assume a Presidência o Senhor Senador Wilson Gonçalves que, após declarar instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através escrutínio secreto por cédulas uninominais, convidando o Senhor Deputado Feu Rosa para Escrutinador.

Após todos os Srs. Congressistas votarem, o Sr. Presidente determina a apuração do pleito, acusando-se o seguinte resultado:

Para presidente:

Senador Carlos Lindenberg ....	18
Em branco .....	1

Para Vice-Presidente:

Deputado Raymundo Diniz ....	19
Em branco .....	1

O Senhor Senador Wilson Gonçalves proclama eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senhores Senador



Carlos Lindenberg e Deputado Raymundo Diniz, respectivamente, passando a Presidência ao Sr. Presidente eleito, na forma regimental.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Carlos Lindenberg agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e passa a ler o Calendário estipulado para o Órgão, bem como as normas disciplinadoras dos seus trabalhos, que são aprovadas por unanimidade e serão publicadas como anexo a presente Ata no *Diário do Congresso Nacional*, Seções I e II.

Em seguida, o Sr. Presidente designa para as funções de Relator da matéria o Senhor Deputado Doin Vieira.

Concluindo, o Sr. Presidente acolhe a indicação do Auxiliar Legislativo, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Mário Nelson Duarte, para Secretário da Comissão.

Nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros presentes. *Carlos Lindenberg; Wilson Gonçalves; Petrônio Portela; Guido Mondim; Fernando Corrêa; Flávio Brito; José Ermírio; Lino de Mattos; José Lindoso; Nunes Leal; Medeiros Neto; Rachid Mamed; Feu Rosa e Tancredo Neves.*

#### ■ O SEQUINTE O TEXTO DAS NORMAS DISCIPLINADORAS DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

*Publicação devidamente autorizada pelo Sr. Presidente*

Art. 1º Instalada a comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será de livre iniciativa do Presidente eleito.

Art. 2º O Presidente ouvida a Comissão, determinará local, dia e hora para apresentação das emendas ao Projeto de Emenda Constitucional, fixando-se desde logo, o termo final do prazo de 3 (três) dias previstos no § 1º do art. 2º da Resolução número 1, de 1964 (C.N.).

§ 1º As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

§ 2º O Presidente publicará edital no *Diário do Congresso Nacional*, nas duas seções, do Senado e da Câmara, e divulgará no rádio e nos jornais as determinações contidas neste artigo.

Art. 3º No tríduo fixado para o recebimento de emendas ao Projeto de Emenda Constitucional, o Presidente poderá rejeitar-las liminarmente, desde que não sejam subscritas por 1/4 dos membros do Senado e da Câmara, separadamente, ou no mínimo não tenham pertinência ou compatibilidade com o texto do projeto ou infringam o art. 5º, 1º da Constituição.

§ 1º Da decisão do Presidente caberá recurso para a Comissão, nas 24 horas subsequentes ao termo final do prazo fixado, para o recebimento das emendas, impreterivelmente, só será admitido recurso subscrito por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

§ 2º A Comissão decidirá por maioria simples, em reunião que se realizará por convocação do Presidente, imediatamente após o decurso do prazo fixado para interposição de recurso.

Art. 4º Na discussão e votação do projeto e das emendas só poderão fazer uso da palavra os membros da Comissão e, os autores das proposições subsidiárias, os líderes de Partidos e Bloco Parlamentar, assim considerado o primeiro signatário de emenda.

§ 1º Na discussão do projeto e emendas o prazo será de 10 minutos para cada orador.

§ 2º Ao relator é assegurado o dobro dos prazos previstos neste artigo.

§ 3º Encerrada a discussão, processar-se-á a votação, com encaminhamento assegurado aos membros da Comissão, durante 10 (dez) minutos.

§ 4º O Presidente somente votará no caso de empate.

Art. 5º As emendas que versem o mesmo assunto, serão votadas em dois grupos: a) com parecer favorável; b) com parecer contrário, ressalvados os destaques.

Art. 6º Só serão admitidos destaques para votação em separado mediante requerimento apresentado, antes de encerrada a discussão pelo autor da subemenda ou 6 (seis) membros da Comissão no mínimo.

Parágrafo único. Considerar-se-á desistência de pedido de destaque e ausência do requerente na ocasião da votação. No caso, porém, de haver mais de um requerente do mesmo, a votação terá lugar se um deles estiver presente.

Art. 7º As questões de ordem serão sucintamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão exclusivamente.

§ 1º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

§ 2º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 3º Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

Art. 8º O Relator apresentará o parecer sobre o projeto e emendas no prazo de 3 (três) dias, a partir do encerramento do prazo para o recebimento das emendas ao projeto, em reunião previamente convocada pelo Presidente.

Art. 9º O parecer do Relator será submetido à discussão e votação, com o projeto e emendas, em globo, na forma prevista nos arts. 4º, 5º e 6º.

Art. 10. O parecer da Comissão será conclusivamente aprovado, no prazo de 8 (oito) dias, a contar da data de sua instalação.

Art. 11. Não serão admitidos requerimentos de adiamento de discussão e votação.

Art. 12. Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos, até que a respeito do projeto da Emenda Constitucional delibere o plenário do Congresso Nacional (Resolução nº 1-64, arts. 3º, 4º e 5º).

Art. 13. A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto de Emenda Constitucional (letra K, do art. 8º, da Resolução número 1-64), por ventura adotada pelo Congresso Nacional, no prazo de 24 horas a contar da aprovação pelo plenário.

Art. 14. Estas normas serão observadas pela Comissão Mista e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1967. — *Carlos Lindenberg*, Presidente. — *Doin Vieira*, Relator.

#### AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 27 (vinte e sete), 30 (trinta) e 31 (trinta e um) de outubro de 1967.

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários das 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional.

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 31, às 19:00 horas.

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias.

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas,

constante do § 1º do art. 3º das Normas, para recebimento de recursos.

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do Relator perante a Comissão dar-se-á no dia 3 (três) de outubro, às 9:30 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

Congresso Nacional, em 26 de outubro de 1967. — *Senador Carlos Lindenberg*, Presidente.

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Carlos Lindenberg.

Vice-Presidente: Deputado Raymundo Diniz.

Relator: Deputado Doin Vieira.

#### ARENA

Senadores:

1. Wilson Gonçalves.
2. Petrônio Portela.
3. Celso Ramos.
4. Guido Mondim.
5. Carlos Lindenberg.
6. Fernando Corrêa.
7. Flávio Brito.

Deputados:

1. José Lindoso.
2. Raymundo Diniz.
3. Sussumu Hirata.
4. Nunes Leal.
5. Medeiros Neto.
6. Rachid Mamed.
7. Feu Rosa.

#### MDB

Senadores:

1. Josaphat Marinho.
1. José Ermírio.
3. Lino de Mattos.
4. Antônio Balbino.

Deputados:

1. Doin Vieira.
2. Tancredo Neves.
3. Cid Carvalho.
4. Adhemar Filho.

#### CALENDÁRIO

Dia 25-10 — E' lido o projeto, em Sessão Conjunta.

Dia 26-10 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator.

Dias 27, 30 e 31-10 — Apresentação de subemendas ou emendas substitutivas perante a Comissão, devendo ser assinadas por 1/4 (um quarto), no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, contados separadamente.

Dia 3-11 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 9:30 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores;

Dia 3-11 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 4-11 — Publicação do parecer; e

Dia 6-11 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta.

Secretário: Mário Nelson Duarte.

**Comissão Mista para estudo do Projeto de Lei número 14, de 1967, (C.N.) que "Dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz"**

**1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1967**

#### INSTALAÇÃO

As dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte e três de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, presentes os Senhores Senadores Eu-

rico Rezende — Fernando Corrêa — José Guimard — Carlos Lindenberg — Atílio Fontana — Bezerra Neto — Edmundo Levi e Ruy Carneiro e os Senhores Deputados Garcia Neto — Wanderley Dantas — Nunes Leal — Norberto Schmidt e Amaury Kruehl, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei número 14, de 1967 (C. N.) — "Dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz".

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wilson Gonçalves e Marcelo de Alencar e os Senhores Deputados Humberto Bezerra — Alípio Carvalho — Pires Sabóia — Aloísio Nonô — Amaral Peixoto e Figueiredo Corrêa.

A seguir, o Senhor Senador Carlos Lindenberg, de conformidade com o preceituado no art. 32, do Regimento Comum, assume a presidência e declara abertos os trabalhos.

Em prosseguimento, o Senhor Senador Carlos Lindenberg, no exercício da presidência, anuncia aos Senhores Membros da Comissão que, a fim de cumprir dispositivo regimental, irá proceder, por escrutínio secreto, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, designado para escrutinador o Senhor Senador Bezerra Neto.

Distribuídas as cédulas uninominais e procedida a votação, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Votos

Deputado Amaury Kruehl .....	11
Senador Carlos Lindenberg .....	1
Senador Bezerra Neto .....	1

Para Vice-Presidente:

Votos

Deputado Norberto Schmidt ....	12
Senador Atílio Fontana .....	1

Dando continuidade, o Senhor Senador Carlos Lindenberg, declara eleitos e empossados, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Amaury Kruehl e Norberto Schmidt.

O Senhor Deputado Amaury Kruehl assume a presidência, agradece a honra com que foi distinguido pelos seus pares e, designa para relator do Projeto o Sr. Senador Ney Braga.

A seguir, o Senhor Presidente passa a ler o Calendário estabelecido, bem como, as Normas Disciplinadoras dos trabalhos da Comissão que, submetidos a discussão e votação são aprovados unanimemente.

Prosseguindo, o Senhor Presidente, após consultar o Sr. Relator, fixa o dia 14 de novembro próximo, às 16 h e 30 m, para a Comissão apreciar o parecer do Sr. Senador Ney Braga.

Nada mais havendo a tratar, são encerrados os trabalhos da reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Auxiliar Legislativo PL-9, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente e demais membros vai à publicação.

Publique-se.

Em 23 de outubro de 1967 — Deputado Amaury Kruehl, Presidente — Deputado Norberto Schmidt, Vice-Presidente — Senador Ney Braga, Relator — Senador Eurico Rezende — Senador José Guimard — Senador Fernando Corrêa — Senador Carlos Lindenberg — Senador Atílio Fontana — Senador Bezerra Neto — Senador Edmundo Levi — Senador Ruy Carneiro — Deputado Garcia Neto — Deputado Wanderley Dantas — Deputado Nunes Leal.



# ANEXO DA ATA DA 1ª REUNIÃO. INSTALAÇÃO REALIZADA NO DIA 23 DE OUTUBRO DE 1967

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão Integrada do texto das normas disciplinadoras aprovadas:

## NORMAS DISCIPLINADORAS DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será da livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicado parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previsto na letra "a" do art. 3º da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado à apresentação de emendas ao Projeto (letra "a", do art. 3º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra "b", do art. 3º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não aceitação de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das emendas, improrrogavelmente. Só será admitido recurso subscrito por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º Não serão apreciadas pela Comissão as emendas que, a juízo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto, isto é, não se refiram a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apoio de, pelo menos, 6 (seis) de seus integrantes, poderá apreciar a preliminar da respectiva impertinência.

Art. 6º Após a Comissão ter-se manifestado sobre os recursos, será aberto o prazo de 72 (setenta e duas) horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra "f", do art. 3º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 7º A discussão será uma só sobre o parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão, Líder do Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for emenda, também poderá usar da palavra seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 8º Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação, que não terá encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com subemendas; e
- c) emendas com parecer contrário.

Parágrafo único. O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 9º As questões de ordem serão suscitantemente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão, exclusivamente.

§ 1º Cada questão de ordem só poderá ser contraditada por um só congressista.

§ 2º Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

§ 3º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

Art. 10. Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de 10 (dez) minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 11. Somente aos membros da Comissão será permitida a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos arts. 3º, 5º e 6º destas Normas.

Art. 12. Ultimada a votação, o Relator redigirá o vencido, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acaso verificadas.

Art. 13. Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do projeto, delibere o Congresso Nacional.

Art. 14. A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (letra "k", do artigo 3º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 15. As emendas e o parecer serão distribuídos aos membros da Comissão para prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do parecer.

Art. 16. Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original, de 3 (três) cópias.

Art. 17. Estas Normas serão observadas pela Comissão Mista, e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1967. — Deputado Amaury Kruehl, Presidente — Deputado Norberto Schmidt, Vice-Presidente — Senador Ney Braga, Relator

## AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 24 (vinte e quatro), 25 (vinte e cinco), 26 (vinte e seis), 27 (vinte e sete) e 30 (trinta) de outubro;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários das 8,00 (oito) às 19,00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver Sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 30, às 19,00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, constante do parágrafo único do artigo 3º das Normas, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do Relator perante a Comissão dar-se-á no dia 14 (quatorze) de novembro, às 16,30 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores, do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 23 de outubro de 1967. — Deputado Norberto Schmidt, Vice-Presidente, no exercício da Presidência

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Amaury Kruehl

Vice-Presidente: Deputado Norberto Schmidt

Relator: Senador Ney Braga

## Senadores

### ARENA

1. Eurico Rezende
2. José Guimard
3. Fernando Corrêa
4. Wilson Gonçalves
5. Carlos Lindemberg
6. Atílio Fontana
7. Ney Braga

### Deputados

1. Humberto Bezerra
2. Garcia Neto
3. Alípio Carvalho
4. Wanderley Dantas
5. Pires Sabóia
6. Nunes Leal
7. Norberto Schmidt

### Senadores

### MDB

1. Bezerra Neto
2. Edmundo Levi
3. Marcelo de Alencar
4. Ruy Carneiro

### Deputados

1. Aloisio Nonô
2. Amaral Peixoto
3. Figueiredo Corrêa
4. Amaury Kruehl

## CALENDÁRIO

Dia 20-10 — E' lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 23-10 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 24, 25, 26, 27 e 30-10 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 14-11 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16,30 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores, no Senado Federal;

Dia 16-11 — Apresentação do parecer, pela Comissão

Dia 17-11 — Publicação do parecer; e

Dia 22-11 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21,30 hs.

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

37 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 1967.

As 17 horas do dia 26 de outubro de 1967, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Antônio Carlos, Vice-Presidente no exercício da presidência, presentes os Senhores Senadores Aloysio de Carvalho, Josaphat Marinho, Carlos Lindemberg, Petrólio Portela, Vasconcelos Torres e Filinto Müller, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Milton Campos, Wilson Gonçalves, Eurico Rezende, Rui Palmeira, Bezerra Neto e Antônio Balbino.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e em seguida, aprovada.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Carlos Lindemberg que passa a relatar os seguintes projetos: favorável ao Projeto de Resolução da Comissão de Finanças apresentado ao Ofício S-10, de 1967, do Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, submetendo à aprovação do Senado o contrato de compra e venda com a Fiat S.A. de Turim, Itália, para aquisição de Tratores e implementos agrícolas; pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei da Câmara nº 103-67 — Altera dispositivos da Lei 5.173, de 27-10-66, que "dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência da Amazônia ..... (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ..... (SUDAM) e dá outras providências" com as alterações apontadas aos ar-

tigos 16 e 45 alínea a da Lei número 1.573-66.

Submetidos à discussão e votação os pareceres é aprovado, sem restrições, o referente ao Ofício S-10-67. Quando ao relativo ao Projeto de Lei da Câmara nº 103-67 depois de longos debates são despachados, favoravelmente, os requerimentos dos Senadores Josaphat Marinho Aloysio de Carvalho e Petrólio Portela solicitando a publicação do mesmo para estudo.

Com a palavra o Senador Josaphat Marinho lê seu parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 48-67 — Aprova a Convenção relativa à luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino adotada pela Conferência Geral da Unesco, em Paris, a 14-12-60, que é aprovado por unanimidade.

O Senador Aloysio de Carvalho relata o Projeto de Lei da Câmara número 107-67 — Dispõe sobre a inscrição, como Solicitador Acadêmico na Ordem dos Advogados do Brasil e dispensa de estágio profissional e Exame de Ordem, apresentando parecer favorável à emenda substitutiva oferecida, em Plenário, ao referido Projeto.

Submetido à discussão e votação é aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE ECONOMIA

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1967 (\*)

As dezessete horas do dia vinte de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala do Presidente da Comissão de Economia, sob a presidência do Sr. Senador Carvalho Pinto, Presidente, estando presente os Srs. Senadores Carlos Lindemberg, Leandro Maciel, Duarte Filho e Paulo Torres, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado os Srs. Senadores Júlio Leite, Teotônio Vilela Domicio Gondim, Pedro Ludovico e Lino de Mattos.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Dando início aos trabalhos o Senhor Presidente submete à consideração da Comissão, a convocação do Professor Arthur Cezar Ferreira Reis, para que restabeleça um contato mais direto entre os membros da Comissão e o indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pela Mensagem nº 489, de 1967 para exercer a função de Membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em discussão e votação é a proposição aprovada unanimemente.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

12ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1967

As quinze horas do dia vinte e seis de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala do Presidente da Comissão de Economia sob a presidência do Sr. Senador Carvalho Pinto, Presidente, estando presente os Srs. Senadores Carlos Lindemberg, Pedro Ludovico — Teotônio Vilela — Leandro Maciel e Domicio Gondim, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Srs. Senadores Júlio Leite — Mário Martins e Lino de Mattos.

(\*) Ata que se republica por ter saído com incorreções no DCN — Seção II do dia 21 de outubro corrente, à página nº 2.574, 4ª coluna.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, em seguida é aprovada.

Dos projetos constantes da pauta, são relatados os seguintes:

Pelo Senador Carlos Lindenberg:

— Contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1966, que "Regula o direito de pagamento ao endossatário do certificado de depósito bancário de que trata a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e dá outras providências".

Submetido o parecer à discussão e votação é aprovado, sem restrições.

Pelo Senador Pedro Ludovico:

— Pelo encaminhamento à Comissão de Finanças para deliberar, o Requerimento nº 762, de 1967 — Do Senhor Senador Desiré Guarani, solicitando ao Poder Executivo — M. da Fazenda — informações sobre o volume total da receita tributária da União durante o exercício de 1966 e outras indagações a respeito.

Em votação, é o parecer do Senhor Relator aprovado.

Pelo Senador Domicio Gondim:

— Favorável ao Requerimento número 851, de 1967 — Do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre as condições a que estaria sujeito o empréstimo de 40 milhões de dólares do Banco Mundial à pecuária brasileira.

Em discussão e votação é o parecer aprovado por unanimidade.

Pelo Senador Teotônio Vilela:

— Favorável ao Requerimento número 775, de 1967 — Do Sr. Senador Desiré Guarani, solicitando ao Poder Executivo — M. Planejamento e Coordenação Geral — informações sobre quais as empresas de fiação ou tecelagem de juta que já receberam empréstimos do BNDE para implantação, ampliação ou renovação do parque industrial, e outras indagações a respeito.

Submetido o parecer à discussão e votação é aprovado, sem restrições.

Pelo Senador Leandro Maciel:

— Pela devolução da matéria à Mesa do Senado, ao Requerimento número 865, de 1967 — Do Sr. Senador Desiré Guarani, solicitando ao Poder Executivo — Ministério da Fazenda, informações sobre cópia do contrato lavrado entre o Ministério da Fazenda e a Fundação Getúlio Vargas para a prestação de serviços de reforma do Ministério e outras indagações a respeito.

Colocado o parecer em discussão e votação, é aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1967

As dezessete horas do dia vinte e seis de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala do Presi-

te da Comissão de Educação e Cultura, sob a presidência do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, Presidente eventual, presentes os Srs. Senadores Duarte Filho, Adalberto Sena e Lino de Mattos, reúne-se, extraordinariamente a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Mem de Sá e Menezes Pimentel.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, em seguida, é aprovada.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente comunica que, tendo em vista as informações recebidas dos Senhores Diretores da Biblioteca Nacional, do Instituto Nacional do Livro e da Câmara de Letras do Conselho Federal de Cultura, o Sr. Presidente do Senado mandou que o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1967, retornasse à Comissão de Educação e Cultura para que o Sr. Relator reformulasse o parecer emitido anteriormente.

A seguir, o Sr. Presidente, Senador Aloysio de Carvalho, concede a palavra ao Sr. Senador Duarte Filho a fim de emitir o novo parecer sobre a proposição acima referida.

Com a palavra, o Sr. Senador Duarte Filho, lê parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1967, que "Cria o Serviço Nacional de Bibliotecas e dá outras providências".

Em discussão e votação é o parecer aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

17ª REUNIÃO, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1967

As dezessete horas do dia vinte e quatro de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, Vice-Presidente, Paulo Torres, José Ermirio, Antônio Carlos, Clodomir Millet e Petronio Portela, reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo do Senado Federal.

Acham-se ausentes, com causa justificada, os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Josaphat Marinho, Mem de Sá, Eurico Rezende e Lino de Mattos.

E lida e, sem debates, aprovada a ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente, inicialmente, concede a palavra ao Senhor Senador Paulo Torres que relata, favoravelmente, o Projeto de Lei da Câmara número 118, de 1967, que autoriza a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — a alienar lotes rurais de sua propriedade no Distrito Federal, que é aprovada pela Comissão.

Após a aprovação do parecer, os Senhores Senadores Petronio Portela e Clodomir Millet sugerem à Comissão que se oficie a Prefeitura do Distrito Federal, no sentido de que aquele órgão informe qual a quantidade as dimensões das glebas de que trata a proposição em exame, o que é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrân-

io Cavalcanti Melo Junior, Secretário, a presente ata que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 61ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 23 DE OUTUBRO DE 1967

(Extraordinária)

As dezesseis horas do dia vinte e três de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Filinto Muller, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, e José Guimard, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Teotônio Vilela, Antônio Carlos e Bezerra Neto.

E lida e sem debates aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova Pareceres em que o Senhor Senador Carlos Lindenberg propõe as seguintes redações finais:

a) do Projeto de Decreto Legislativo número 47, de 1967 (número 37-A67 na Câmara), que revoga dispositivos do Decreto-Lei número 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-Lei número 318, de 14 de março de 1967 (Código de Minas) e restaura a vigência do artigo 33 da Lei número 4.118, de 1962, que trata da concessão de lavra de minerais nucleares;

b) do Projeto de Resolução número 80, de 1967, que suspende a execução da Lei número 959, de 8 de abril de 1964, do Estado de Santa Catarina;

c) do Projeto de Lei do Senado número 20, de 1964, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei número 4.229, de 1º de junho de 1963, que transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em autarquia e dá outras providências;

d) do Projeto de Lei do Senado número 49, de 1967, que acrescenta parágrafo único ao artigo 107 do Decreto-Lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências;

e) do Projeto de Lei do Senado número 55, de 1967, que acrescenta dispositivo ao artigo 1º da Lei número 4.729, de 14 de julho de 1965, que define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências; e

f) do Projeto de Decreto Legislativo número 40, de 1967 (número 11-B de 1967, na Câmara), que aprova o Acordo Cultural celebrado em Haia, em 12 de outubro de 1966, entre o Brasil e os Países Baixos.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

12ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 1967

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, quinze horas e quarenta minutos, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Vasconcelos Torres, Presidente,

presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, José Guimard, Adalberto Sena e Paulo Torres, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lino de Mattos e Arnon de Melo.

E lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Paulo Torres para proferir parecer acerca da primeira matéria constante da pauta.

Com a palavra o Sr. Senador Paulo Torres, lê parecer ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1967 (Projeto de Lei nº 119-C-63, na Casa de origem), que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de NCrs 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos), para ocorrer a despesas com instalação de órgãos criados pela Lei nº 4.088, de 12 de julho de 1962, e dá outras providências". Concluindo, pela aprovação do projeto, com a emenda que oferece de número 1-CSPC.

A Comissão, por unanimidade, aprova o parecer.

A seguir, com a palavra, o Senhor Senador José Guimard emite parecer ao Projeto de Lei da Câmara número 114, de 1967 (nº 488-C-67 — na Câmara dos Deputados), que "Retifica a relação nominal a que se refere o art. 2º da Lei nº 1.564, de 1º de março de 1952, que altera sem aumento de despesa, as carreiras de Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda".

Concluindo, o Sr. Relator, após ressaltar que a matéria foi devidamente estudada pelos órgãos competentes, do Poder Executivo e tendo em vista a existência de precedentes idênticos opina pela aprovação do presente projeto de lei que inclui o nome de Inocêncio Vieira dos Santos, ocupante do cargo da classe F da carreira de Marinheiro, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda.

Submetido o parecer à discussão e votação, sem restrições, é aprovado.

Em prosseguimento, pelo Sr. Senador Carlos Lindenberg, é relatado o Projeto de Lei da Câmara nº 117 de 1967 (nº 607-A de 1967 — na Casa de Origem) que "Cria 2 (dois) cargos de Juiz Substituto do Trabalho no Quadro da Justiça do Trabalho da 8ª Região, em Belém, Estado do Pará", no qual opina pela aprovação, tendo em vista os aspectos de conveniência e interesse para o serviço público.

Colocado em votação, é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente reunião e, para constar, lavrei eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão a presente Ata que uma vez lida e aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

O Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas, no uso de suas atribuições, designa a Oficiala Legislativa, símbolo PL-4 Zélia da Silva Oliveira, para substituir o Diretor da Secretaria do Instituto de Previdência dos Congressistas em seus impedimentos eventuais.

Brasília, em 20 de outubro de 1967. — Mons. Arruda Câmara, Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)  
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)  
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)  
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)  
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)  
 3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)  
 1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA — SC)  
 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)  
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)  
 4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)  
 Vice-Líderes:  
 Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)  
 Antônio Carlos — (SC)  
 Rui Palmeira — (PB)  
 Manoel Vilaca — (RN)  
 Vasconcellos Tôrres — (RJ)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)  
 Adalberto Senna — (ACRE)  
 Lino de Matos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio  
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano  
 Ney Braga  
 João Cleophas  
 Teotônio Vilela  
 Júlio Leite

SUPLENTE

Attilio Fontana  
 Leandro Maciel  
 Benedicto Valladares  
 Adolpho Franco  
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio  
 Márius Martins  
 Secretário: J. Ney Passos Dantas.  
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos  
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Milton Campos  
 Antonio Carlos  
 Aloysio de Carvalho  
 Eurico Rezende  
 Wilson Gonçalves  
 Petronio Portela  
 Carlos Lindenberg  
 Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Tôrres  
 Daniel Krieger  
 Benedicto Valladares  
 Alvaro Maia  
 Lobão da Silveira  
 José Feliciano  
 Menezes Pimentel  
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino  
 Bezerra Neto  
 Josaphat Marinho  
 Aarão Steinbruch  
 Aurélio Vianna  
 Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.  
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão  
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

José Feliciano  
 Lobão da Silveira  
 Petronio Portela  
 Eurico Rezende  
 Attilio Fontana

SUPLENTE

Benedicto Valladares  
 Adolpho Franco  
 Arnon de Melo  
 José Leite  
 Mello Braga

MDB

João Abrahão  
 Aurélio Vianna  
 Secretário: Alexandro Mello.  
 Reuniões: Têrças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto  
 Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto  
 Carlos Lindenberg  
 Julio Leite  
 Teotônio Vilela  
 Domicio Gondim  
 Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite  
 João Cleophas  
 Duarte Filho  
 Sigefredo Pacheco  
 Filinto Müller  
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins  
 Pedro Ludovico  
 Lino de Mattos

José Ermírio  
 Josaphat Marinho  
 João Abrahão

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel  
 Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel  
 Mem de Sá  
 Alvaro Maia  
 Duarte Filho  
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto valladares  
 Antonio Carlos  
 Sigefredo Pacheco  
 Teotônio Vilela  
 Petronio Portela

MDB

Adalberto Senna  
 Lino de Mattos

Antônio Balbino  
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa  
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo  
 Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

João Cleophas  
 Mem de Sá  
 Jose Leite  
 Leandro Maciel  
 Manoel Vilaca  
 Clodomir Milet  
 Adolpho Franco  
 Sigefredo Pacheco  
 Paulo Sarasate  
 Carvalho Pinto  
 Fernando Corrêa

SUPLENTE

Antônio Carlos  
 José Guomard  
 Daniel Krieger  
 Petronio Portela  
 Attilio Fontana  
 Júlio Leite  
 Mello Braga  
 Carlos Lindenberg  
 Celso Ramos  
 Teotônio Vilela  
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo  
 Bezerra Neto  
 Oscar Passos  
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho  
 José Ermírio  
 Lino de Mattos  
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga  
 Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Ney Braga  
 Attilio Fontana  
 Adolpho Franco  
 Domicio Gondim  
 João Cleophas

SUPLENTE

Júlio Leite  
 José Cândido  
 Rui Palmeira  
 Arnon de Melo  
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino  
 José Ermírio  
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

## A R E N A

## TITULARES

Petronio Portela  
Domicio Gondim  
Alvaro Maia  
José Cândido  
Mello Braga  
Júlio Leite

## SUPLENTE

José Guilomard  
José Leite  
Lobão da Silveira  
Manoel Villaga  
Celso Ramos  
Duarte Filho

## M D B

Aarão Steinbruch  
Rui Carneiro  
Arthur Virgilio

Bezerra Netto  
Mário Martins  
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio L. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

## A R E N A

## TITULARES

Domicio Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg

## SUPLENTE

José Feliciano  
Mello Braga  
José Guilomard  
Vasconcellos Torres  
Rui Palmeira

## M D B

Josaphat Marinho  
José Ermirio

Aarão Steinbruch  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio L. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

## COMISSÃO DE POLICONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

## A R E N A

## TITULARES

Rui Palmeira  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet  
Júlio Leite  
Duarte Filho

## SUPLENTE

Menezes Pimentel  
José Leite  
Domicio Gondim  
Leandro Maciel  
Petronio Portela

## M D B

Rui Carneiro  
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio L. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

## COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

## A R E N A

## TITULARES

Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende

## SUPLENTE

José Feliciano  
Daniel Krieger  
Adolpho Franco  
Rui Palmeira  
Petronio Portela  
Clodomir Millet

## M D B

José Ermirio  
Lino de Mattos  
Josaphat Marinho

Antônio Balbino  
Aurélio Vianna  
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

## A R E N A

## TITULARES

Teotônio Villela  
Antônio Carlos  
José Feliciano  
Lobão da Silveira

## SUPLENTE

Felinto Muller  
Mem de Sá  
José Leite  
José Guilomard  
Bezerra Neto

## M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

## A R E N A

Benedicto Valladares  
Felinto Muller  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Carlos  
José Cândido  
Arnon de Melo  
Mem de Sá  
Rui Palmeira

Alvaro Maia  
Fernando Corrêa  
Celso Ramos  
Wilson Gonçalves  
José Guilomard  
José Leite  
Clodomir Millet  
Menezes Pimentel

## M D B

Pessoa de Queiroz  
Aarão Steinbruch  
Mário Martins

Pedro Ludovico  
Aurélio Vianna  
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Cavalcanti Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

## A R E N A

## TITULARES

Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga

## SUPLENTE

Júlio Leite  
Clodomir Millet  
Ney Braga  
José Cândido

## M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

## A R E N A

## TITULARES

Paulo Torres  
José Guilomard  
Sigefredo Pacheco  
Ney Braga  
José Cândido

## SUPLENTE

Atílio Fontana  
Adolpho Franco  
Manoel Villaga  
Mello Braga  
Júlio Leite

## M D B

Oscar Passos  
Mário Martins

Adalberto Sena  
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza



**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres  
Vice-Presidente: Arnon de Melo

**A R E N A**

**TITULARES**

Vasconcelos Torres  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Melo  
Paulo Torres  
José Guilomard

**SUPLENTE**

José Feliciano  
Antonio Carlos  
Manoel Villaga  
Menezes Pimentel  
Celso Ramos

**M D B**

Lino de Mattos  
Aarão Steinbruch

Arthur Virgilio  
Adalberto Sena  
Secretário: J. Ney Fasses Dantas  
Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Leite  
Vice-Presidente: Lino de Mattos

**A R E N A**

**TITULARES**

José Leite  
Celso Ramos  
Arnon de Melo  
Atílio Fontana

**SUPLENTE**

José Guilomard  
Petronio Portela  
Domicio Gondin  
Carlos Lindenberg

**M D B**

Lino de Mattos

Arthur Virgilio

Secretária: Carmelita de Souza  
Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Guilomard  
Vice-Presidente: Clodomir Millet

**A R E N A**

**TITULARES**

José Guilomard  
Fernando Corrêa  
Clodomir Millet  
Alvaro Maia

**SUPLENTE**

Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Filinto Muller  
Sigefredo Pacheco

**M D B**

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello  
Reuniões: Terças-feiras às 18:00 horas.